



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024

ATA N.º 1/2024

----- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Espaço Cultural de Campinho, sito à Rua do Guadiana n.º 20, em Campinho, na União de Freguesias de Campo e Campinho e concelho de Reguengos de Monsaraz, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e sendo a mesma composta, ainda, pelo Senhor Rogério Paulo Carujo Carreteiro, na qualidade de Primeiro Secretário, e pelo Senhor Pedro Alexandre dos Santos Pinheiro, na qualidade de Segundo Secretário. -----

----- Eram vinte e uma horas quando a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, deu início aos trabalhos desta sessão, cumprimentando todos os presentes, bem como, os que acompanham via streaming.

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, questionou aos Senhores Deputados presentes, e dirigindo-se àqueles que não deram o seu consentimento para todo o mandato de 2021/2025, se algum se opunha à sua imagem ou som uma vez que estão a transmitir a sessão via streaming, ao que ninguém se opôs. -----

----- De seguida, e ainda relativamente à questão da proteção de dados, solicitou aos Senhores Deputados o preenchimento da declaração de consentimento, para que fique anexa à documentação da Assembleia Municipal, quem ainda não o fez para todo o mandato. -----

Deputados Presentes

----- Depois de feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados: Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques (Partido Social Democrata); Élia de Fátima Janes Quintas (Partido Socialista); Sandra Isabel Lopes da Silva (Partido Social Democrata); José Luís Janeiro de Oliveira Merca (Partido Socialista); Nuno Miguel dos Santos Lavaredas (Partido Social Democrata); Mário Sérgio Mendes Ramalho (Partido Socialista); Matilde Parreira Lopes Capucho (Partido Social Democrata); Ana Rita Espenica Godinho Feijão (Partido Socialista); Rogério Paulo Carujo Carreteiro (Partido Social Democrata); Luís Fernando Valadas Viola (Coligação Democrática Unitária); Jorge



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Eduardo Fortes Agostinho (Partido Social Democrata); Eduardo Manuel Cardoso da Silva (Partido Socialista); Pedro Alexandre dos Santos Pinheiro (Partido Social Democrata); Vânia Isabel dos Santos Ramalho (Partido Socialista); António José Fialho Cartaxo, Presidente da Junta de Freguesia de Corval (Partido Socialista); Nuno Isidro de Ambrósio Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz (Partido Socialista); Pedro Miguel Varela Mata da Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz (Partido Social Democrata) e Luís António Rato Fonseca, Presidente da União das Freguesias de Campo e Campinho (Partido Socialista). -----

----- Do Executivo Municipal estavam presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo e o Senhor Vereador António Manuel Boto Fialho. -----

Ordem do Dia

----- Declarada aberta a Sessão com a seguinte **Ordem do Dia:** -----

----- **Ponto Um** - Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município; -----

----- **Ponto Dois** - Revisão e atualização de Programa de execução do Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal e alteração das especificações da licença de loteamento - Reabilitação do alvará de loteamento n.º 2/2016; -----

----- **Ponto Três** - Pedidos de isenção de taxas devidas pelo processo de alteração de loteamento n.º 03/2020 e pelos processos de Comunicação Prévia apresentados pela “Cooperativa de Construção e Habitação Económica Giraldo Sem Pavor CRL”; -----

----- **Ponto Quatro** - Mapa Anual Global de Recrutamentos para o ano de 2024; -----

----- **Ponto Cinco** - Contratação de Empréstimo de Curto Prazo em 2024. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Renúncia ao mandato pela Senhora Adriana Filipa da Conceição Amador

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, deu conhecimento do pedido de renúncia ao mandato da Senhora Adriana Filipa da



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Conceição Amador, por motivos pessoais que, atualmente, impedem o desempenho das funções para as quais foi eleita na lista do Partido Social Democrata (PSD) à Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, informando da pretensão através de email enviado à Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz no dia 29 de janeiro de 2024. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Tomada de Posse do Senhor Jorge Eduardo Fortes Agostinho

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, deu conhecimento de que na sequência do pedido de renúncia ao mandato da Senhora Adriana Filipa da Conceição Amador, e em conformidade com o disposto nos artigos 47.º, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 76.º e no artigo 79.º, todos os preceitos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz para o mandato 2021/2025, foi convocado o elemento constante na lista do Partido Social Democrata, imediatamente a seguir, o Senhor Jorge Eduardo Fortes Agostinho que, tomou posse na presente sessão, para que tenha condições plenas para assumir a função de Deputado nesta Assembleia Municipal. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, informou também que, previamente, o Senhor Jorge Eduardo Fortes Agostinho deu o seu consentimento para que o Termo de Posse fosse lido na íntegra, em voz alta, sendo que a Senhora Presidente procedeu à leitura do mesmo. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Eleição do Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, deu conhecimento de que na sequência do pedido de renúncia ao mandato da Senhora Adriana Filipa da Conceição Amador, e sendo que a mesma era a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, e de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz para o atual mandato 2021-2025 e com base na legislação, é necessário proceder à eleição do referido cargo, por voto secreto, perguntando aos líderes de bancada se têm algum nome a propor



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

para ser votado. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Miguel dos Santos Lavaredas, líder da bancada do Partido Social Democrata, propôs o nome do Senhor Pedro Alexandre dos Santos Pinheiro. -----

----- A Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas, líder da bancada do Partido Socialista, disse que não tinha nomes a propor. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham apenas a proposta de um nome, o Senhor Pedro Alexandre dos Santos Pinheiro, informando que iria ser distribuído um boletim com quatro quadrículas, uma vez que não sabiam qual iria ser a posição de cada uma das bancadas parlamentares com assento da Assembleia Municipal, afirmando que a proposta do Partido Social Democrata seria a proposta A, solicitando aos Deputados que ao expressarem o seu voto assinalassem apenas a letra A, sendo que se for expresso em qualquer uma das restantes letras, será considerado nulo, uma vez que não existem mais candidatos. -----

----- Após votação, por escrutínio secreto, foi eleito para Segundo Secretário o Senhor Pedro Alexandre dos Santos Pinheiro, por maioria, com dezassete votos a favor e um voto em branco. ---

----- De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Senhor Deputado Pedro Alexandre dos Santos Pinheiro que ocupasse o lugar de Segundo Secretário na Mesa da Assembleia Municipal, desejando as boas vindas ao mesmo e votos de um bom mandato e que dê os seus contributos para os trabalhos, para dignificar o órgão. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Entrada da sala da Senhora Deputada Luciana Sofia Gato Patrício

----- Deu entrada na sala de a Senhora Deputada da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, a Luciana Sofia Gato Patrício (Partido Chega), eram vinte e uma horas e dez minutos. --

Correspondência diversa recebida

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, deu conhecimento da diversa correspondência recebida, tendo o mapa sido enviado a todos os Senhores Deputados, juntamente com a ordem de trabalhos da presente sessão, o qual se transcreve na íntegra: -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

MAPA DE CORRESPONDÊNCIA DIRIGIDA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Período 14.12.2023 a 15.2.2024

N.º Registo	Data Entrada AM	Entidade Remetente	Assunto
3102/2013	14/12/2023	Marta Prates - Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz	Agendamento dos pontos a incluir na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária da Assembleia Municipal de dezembro de 2023.
7623/2023	14/12/2023	Presidente da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, Luísa Salgueiro	Votos de Boas Festas.
7520/2023	15/12/2023	Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã	Votos de Boas Festas.
7624/2023	15/12/2023	Secretário-geral da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, António Afonso	Votos de Boas Festas.
7626/2023	18/12/2023	Presidente da Assembleia Municipal da Horta, Teresa Ribeiro	Votos de Boas Festas.
7631/2023	19/12/2023	Presidente da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, Júlio Lourenço Rodrigues	Votos de Boas Festas.
7627/2023	19/12/2023	Ana Rita Espenica Godinho Feijão	Informa que, por motivos pessoais e profissionais, não poderá estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 22/12/2023.
7628/2023	19/12/2023	Amídia Isabel Montalto Calisto Quintas	Informa que, por motivos pessoais, não poderá estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 22/12/2023, em substituição da deputada Ana Rita Espenica Godinho Feijão.
7632/2023	19/12/2023	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	Edital das deliberações da reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIMAC de 14 de dezembro de 2023



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

7629/2023	19/12/2023	<i>ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local</i>	<i>Votos de Boas Festas.</i>
7630/2023	20/12/2023	<i>Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, Bernardo Amaro Simões</i>	<i>Votos de Boas Festas.</i>
7647/2023	21/12/2023	<i>Nuno Filipe Martins Cardoso</i>	<i>Informa que, por motivos de saúde, não poderá estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 22/12/2023, em substituição da deputada Ana Rita Espenica Godinho Feijão.</i>
7663/2023	21/12/2023	<i>João Carlos Borrego Alves da Siloa</i>	<i>Informa que, por motivos anteriormente assumidos, não poderá estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 22/12/2023, em substituição da deputada Ana Rita Espenica Godinho Feijão.</i>
7686/2023	21/12/2023	<i>Sociedade Filarmónica Corvalense</i>	<i>Votos de Boas Festas.</i>
7687/2023	21/12/2023	<i>União de Freguesias de Campo e Campinho</i>	<i>Votos de Boas Festas.</i>
7688/2023	21/12/2023	<i>Élia de Fátima Janes Quintas</i>	<i>Informa que, por motivos de se encontrar em aulas no âmbito do doutoramento, não poderá estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 22/12/2023, e que em sua substituição estará a Senhora Manuela Marques.</i>
7700/2023	22/12/2023	<i>Presidente da Assembleia Municipal de Redondo, José Luís Mónica</i>	<i>Votos de Boas Festas.</i>
7701/2023	22/12/2023	<i>Anabela Capucho Caeiro</i>	<i>Votos de Boas Festas.</i>



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

	22/12/2023	<i>Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, João Moura</i>	<i>Votos de Boas Festas.</i>
	22/12/2023	<i>Presidente da União de Freguesias de Campo e Campinho, Luís António Rato Fonseca</i>	<i>Informa que, por motivos de acompanhamento a familiar direto, não poderá estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 22/12/2023.</i>
	23/12/2023	<i>Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, Célia Maria Marques da Rosa Paz</i>	<i>Votos de Boas Festas.</i>
80/2024	04/01/2024	<i>António Afonso - Secretário-geral da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Envio de pareceres emitidos pela assessoria jurídica da ANAM</i>
96/2024	05/01/2024	<i>António Afonso - Secretário-geral da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Pedido de envio, pelos serviços de contabilidade do Município de Reguengos de Monsaraz, da requisição e/ou número de compromisso, para emissão da fatura relativa à quota de 2024, da ANAM.</i>
98/2024	05/01/2024	<i>Manuel Ferreira Ramos - Coordenador do CVEL - Centro de Valorização de Eleitos Locais da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>1.º Curso de Direito Municipal, organizado pela Valorglobal.</i>
269/2024	10/01/2024	<i>Paulo Amorim - International Ambassador</i>	<i>Convite para participação na 5.ª edição da FINE #Wine Tourism Marketplace, em Valladolid, nos dias 13 e 14 de março de 2024.</i>
342/2024	16/01/2024	<i>Sociedade Filarmónica Harmonia Reguenguense</i>	<i>Convite para o Concerto de Aniversário da Sociedade Filarmónica Harmonia Reguenguense, a realizar no dia 21 de janeiro de 2024, no Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz.</i>
561/2024	23/01/2024		<i>Informa que até à data do email, 23 de janeiro de 2024, não recebeu o parecer solicitado pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz à CADA - Comissão de Acesso aos Documentos</i>



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

			<i>Administrativos, mesmo após deliberação da mesma entidade.</i>
562/2024	24/01/2024	<i>Ferreira Ramos - Coordenador do CVEL - Centro de Valorização de Eleitos Locais da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Recolha de espólio (áudio, fotográfico, artístico, ...) de como se viveu o 25 de abril no Município de Reguengos de Monsaraz.</i>
670/2024	24/01/2024	<i>Manuel Ferreira Ramos - Coordenador do CVEL - Centro de Valorização de Eleitos Locais da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Recolha de espólio (áudio, fotográfico, artístico, ...) de como se viveu o 25 de abril no Município de Reguengos de Monsaraz.</i>
644/2024	29/01/2024	<i>Adriana Filipa da Conceição Amador</i>	<i>Pedido de renúncia de mandato do cargo de deputada da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz para que havia sido eleita no atual mandato de 2021/2025, por motivos pessoais.</i>
666/2014	30/01/2024	<i>Professor Rui Amendoeira - Adjunto da Direção do AERM - Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, a pedido da Senhora Diretora do AERM, Professora Luzia Barroso</i>	<i>Convite para as galas que compõem o "Dia do Diploma" a realizar nos dias 8 e 9 de fevereiro de 2024, no Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz.</i>
667/2024	30/01/2024	<i>Manuel Ferreira Ramos - Coordenador do CVEL - Centro de Valorização de Eleitos Locais da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Realização de sessões presenciais.</i>
668/2024	30/01/2024	<i>António Afonso - Secretário-geral da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Convite para participação no IV Congresso da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, a realizar no Auditório S. Bento Menni, em Barcelos, no dia 18 de maio de 2024.</i>
720/2024	31/01/2024	<i>António Afonso - Secretário-geral da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Envio de Regulamento para atribuição dos Prémios ANAM 2024, designadamente nas categorias de "Boas Práticas" nas Assembleias Municipais e "Prémio trabalhos de âmbito escolar" - Candidaturas até 5 de abril de 2024.</i>



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

724/2024	01/02/2024	ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local	Convite para participação no 1.º Encontro Ibérico ATAM/COSITAL, a realizar nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2024, em Badajoz e em Elvas, respetivamente.
1034/2024	15/02/2024	CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Reguengos de Monsaraz	Envio do Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Reguengos de Monsaraz do ano de 2023 e Plano de Atividades para o ano de 2024, bem como a Ata da reunião plenária de modalidade alargada, onde foram aprovados os referidos documentos.
1033/2024	15/02/2024	Rita Cavaco	Envio da documentação para a Reunião do Conselho Municipal de Educação, a realizar no dia 19 de fevereiro de 2024, pelas 17.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, nomeadamente a Ata da reunião do Conselho Municipal de Educação realizada no dia 17 de maio de 2023 e a Carta Educativa de Reguengos de Monsaraz.

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, para abordar o tema do mapa de correspondência, afirmando que os Senhores Deputados receberam o mesmo, juntamente com a documentação de suporte à Assembleia Municipal, colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento. -----

----- Prosseguiu no uso da palavra a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, para destacar, de entre a correspondência recebida, um email dirigido à Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, registado com o n.º 561/2024, o qual deu entrada em 23 de janeiro de 2024, enviado por um munícipe a solicitar à Assembleia para que esta tente perceber o que está a acontecer para que a Câmara Municipal não tenha ainda disponibilizado os documentos que havia solicitado. Mais disse que, este assunto tem a ver com um processo que se arrasta já há algum tempo, que os Senhores Deputados já têm conhecimento, e o munícipe terá solicitado documentos à Câmara Municipal, firmando que esta pediu parecer à CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, sobre se deveriam ou não fornecer os documentos. Disse depois que, a CADA emitiu parecer favorável a confirmar que deveriam ser



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

enviados os documentos solicitados pelo munícipe, havendo algum tempo intermédio entre a resposta do Município e por isso o munícipe enviou este email à Assembleia Municipal, de Reguengos de Monsaraz. De seguida, referiu que a Mesa da Assembleia Municipal tentou perceber o que tinha acontecido e deu conhecimento aos Senhores Deputados que já foi respondido ao munícipe a 30 de janeiro de 2024, sendo dada resposta e solicitados os documentos que o mesmo tinha pedido, pelo que, não poderia afirmar que o processo esteja concluído, porque não sabem, mas foram cumpridas as formalidades e o Município agiu em conformidade. -----

----- Disse ainda que, o Curso de Direito Municipal, gratuito, promovido pela ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais em parceria com a Universidade Católica, que frequentou e já terminou, estando previsto iniciar uma segunda edição no próximo mês de março do corrente ano de 2024. -----

----- De seguida, destacou, ainda, um assunto que também consta do mapa de correspondência, o convite para o IV Congresso da ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, a realizar em Barcelos, no próximo dia 18 de maio de 2024, no qual, em princípio estará presente, sendo o mesmo num só dia, mas de qualquer forma dará conhecimento aos Senhores Deputados. -

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Representantes da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz em Organismos e Associações

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, para referir que enviaram um email a solicitar aos Senhores Deputados que estão em representação da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, no presente mandato, em organismos e associações, para que, e dando cumprimento ao previsto no Regimento deste órgão, informassem como tem sido a participação na perspetiva das associações, sendo que algumas, provavelmente, não reuniram, a fim de dar conhecimento à Assembleia Municipal do que tem acontecido durante este período. -----

----- Mais disse que, foi, também, enviado um mapa com a distribuição dos respetivos deputados pelas diversas comissões e associações, solicitando, de seguida, aos Senhores Deputados que informassem sobre os trabalhos que têm sido desenvolvidos e se é que têm existido trabalhos. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----- Começando pela Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), informou que tanto ela como o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, na última sessão da Assembleia Municipal realizada no passado mês de dezembro de 2023, deram conta do que tinha acontecido, conforme o fazem sempre que reúnem em Assembleia Intermunicipal da CIMAC e posteriormente dão conhecimento na sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Usou a palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca para referir que depois de dezembro não se realizou mais nenhuma reunião da Assembleia Intermunicipal da CIMAC, pelo que, o que referiram na sessão da Assembleia Municipal de dezembro foram as últimas informações acerca do funcionamento da mesma. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, relativamente ao Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal, deu a palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Campo e Campinho, Luís António Rato Fonseca, que afirmou que não tinham reunido. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, relativamente à Comissão Municipal de Proteção Civil, deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, Pedro Miguel Varela Mata da Conceição, que cumprimentou todos os presentes, bem como, quem acompanha a sessão via streaming, informando que a referida Comissão reuniu no dia 7 de julho de 2023, no Salão Nobre do Paços do Concelho, a qual teve como ponto único os “Dias da Diocese” em Reguengos de Monsaraz, que se realizaram entre os dias 26 e 31 de julho de 2023 e que antecederam as Jornadas Mundiais da Juventude, realizadas em Lisboa. Mais disse, que no dia 20 de julho de 2023, voltou a reunir a Comissão Municipal de Proteção Civil, igualmente, nos Paços do Concelho de Reguengos de Monsaraz, que teve como pontos da ordem de trabalhos, a aprovação do Plano de Coordenação das Jornadas Mundiais da Juventude e também a apresentação do Plano de Segurança contra Riscos de Incêndio do Festival Andanças que se realizou na localidade de Campinho. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, relativamente à Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz, Nuno Isidro de Ambrósio Pinto, que cumprimentou todos os presentes, bem como, quem acompanha a sessão via streaming, informando que a referida Comissão



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

não reuniu. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz, Nuno Isidro de Ambrósio Pinto, referiu que, como representante do Conselho Municipal de Educação, informou que o mesmo reuniu no dia 19 de fevereiro do corrente ano de 2024, com a ordem de trabalhos composta por Informações da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz; Aprovação da Ata da reunião anterior; Tomada de posse dos novos membros; a Carta Educativa de Reguengos de Monsaraz; Transferência de competências para os municípios, na área da educação; intervenção nas escolas da Associação de Escolas de Reguengos de Monsaraz e o Projeto Educativo que foi analisado e outros assuntos. -----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, relativamente à Comissão Municipal de Trânsito, deu a palavra ao Senhor Deputado Rogério Paulo Carujo Carreiro, que cumprimentou todos os presentes, bem como, quem acompanha a sessão via streaming, informando que foram implementadas as seguintes alterações, as quais foram previamente aprovadas na última reunião, mais precisamente, a Rua Maria Inácia Vogado Perdigão Silva tem agora um sentido único, ascendente desde o cruzamento da Rua de São Marcos do Campo até o cruzamento da Rua da Panificadora, sendo que o estacionamento autorizado é do lado esquerdo no sentido do trânsito. Mais disse que, na Praceta Fernando Pessoa, que dá acesso à Escola Básica António Gião, tem agora um sentido único, com entrada pela Rua Dr. Mário Jacinto Machado e saída pela Rua Professor Mota Pinto. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, relativamente à Comissão Municipal de Toponímia, deu a palavra ao Senhor Deputado Nuno Miguel dos Santos Lavaredas, que cumprimentou todos os presentes, bem como, quem acompanha a sessão via streaming, informando que a referida Comissão Municipal de Toponímia, não voltou a reunir, pelo que, não tem informação a acrescentar. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, relativamente ao Conselho da Comunidade de Agrupamentos de Centros de Saúde do Alentejo Central, e como representante do mesmo, informou que o mesmo não reuniu e, neste momento, não faz qualquer sentido reunirem, uma vez que este Agrupamento sofreu alterações e passaram a Unidades Locais de Saúde (ULS), sendo que as coisas estão a ser reestruturadas, presumindo que este Conselho



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

passará a ter outra designação. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que, antes de passar à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo do Concelho de Reguengos de Monsaraz, passava ao Conselho Municipal de Saúde, dando a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, Pedro Miguel Varela Mata da Conceição, representante do mesmo, que afirmou que esta Comissão não reuniu neste período. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, por último, têm a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo do Concelho de Reguengos de Monsaraz que, conforme devem estar recordados, há dois elementos que estão em representação da Assembleia Municipal que não são deputados da Assembleia Municipal, mas estão em representação nesta Comissão, mas, à semelhança do que aconteceu no ano passado, a referida Comissão enviou o Relatório e entendeu convidar a Senhora Presidente da CPCJ, Dra. Rosa Campaniço, para apresentar o mesmo, porque lhe parece que será a pessoa indicada para o fazer, sabendo esta quais são os pontos a evidenciar, bem como, fazer uma breve abordagem de qual é o plano de atividades, porque realmente todos têm conhecimento do Relatório, mas não sabem qual foi o plano que esteve por trás, pelo que a Dra. Rosa Campaniço fará uma apresentação breve de cada uma destas coisas, agradecendo, desde já, a presença da mesma que se disponibilizou, de imediato. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da CPCJ, Dra. Rosa Campaniço, começando por cumprimentar a todos, agradecendo o convite e dizer que, para além da sua pessoa está também a Dra. Vânia Ramalho que trabalha consigo na CPCJ, designada pela Assembleia Municipal, que contará com a sua participação para algum contributo que seja necessário. De seguida, referiu que, e tal como disse a Senhora Presidente da Assembleia Municipal iria apresentar o Plano de Ação para o ano de 2024, de forma breve. Começou por referir que, transitaram 27 processos do ano de 2022 para o ano de 2023, e em 2023 trabalharam 88 processos, ou seja, tiveram 88 sinalizações, em que 77 foram instruídos e devidamente trabalhados e acompanhados em termos de aplicação de medida, e no final do ano de 2023 tinham 3 processos que ainda não tinham aplicado qualquer medida, o que é o normal do trabalho, não sendo uma análise que tenha qualquer sentido e relação. Mais disse que, para 2024, transitaram 25 processos de promoção e proteção. De seguida, referiu que, em termos de atividades, conforme têm falado com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Silva Chilrito Prates, e com o Senhor Vereador António Manuel Boto Fialho, mas que não é do conhecimento dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, que é o Plano de Ação. Referiu que este ano, no primeiro semestre, irão realizar uma atividade que consideram, em termos de dinamismo, muito inovadora, que é “Castelos de Risco”, que se encontra a decorrer na Escola Secundária de Reguengos de Monsaraz, com uma turma CEF – Curso de Educação e Formação, e pretendem dinamizar ações no âmbito do controle emocional, estratégias de empowerment em termos de competências pessoais dos alunos, sendo que vão trabalhar com o grupo técnico de intervenção da escola. Comunicou, de seguida, que, em princípio, no dia 29 de maio de 2024, irão ter o assalto ao Castelo em Monsaraz, que vai culminar exatamente com esta atividade porque envolve os concelhos de Viana, Montemor, Reguengos de Monsaraz e Estremoz, na qual estarão cerca de 100 jovens e 40 técnicos nesse mesmo dia, no concelho de Reguengos de Monsaraz, na atividade final. Disse ainda que, estão muito entusiasmados e os jovens também estão a aderir muitíssimo bem. Mais disse que, no mês de março de 2024, estão a prever a realização de uma formação com o IIEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, para as auxiliares de ação educativa da escola, sendo que, estão já a trabalhar em conjunto com a Dra. Dina Simão, a dinamização desta formação, que é devidamente certificada e também no âmbito das crianças e jovens, mas só para auxiliares de ação educativa das escolas do concelho de Reguengos de Monsaraz. De seguida, referiu que no mês de abril de 2024, conforme acontece todos os anos, será o mês internacional da prevenção dos maus tratos na infância, que irão celebrar nos mesmos moldes dos anos anteriores, com a colaboração do Município de Reguengos de Monsaraz na iluminação do edifício principal e irão solicitar às Juntas de Freguesia para iluminar algum edifício, na cor azul, que simbolicamente é a cor do mês de abril. De seguida, referiu que no mês de maio de 2024, irão reanimar uma atividade que já tiveram ao longo de muitos anos e que era icónica, mas que, entretanto, abandonaram com a célebre pandemia, que é a Light Run, uma caminhada ou uma corrida que vai acontecer em maio, com data próxima do Dia da Família e que vai ter simbolismos de pinturas e luzes e tudo mais e vai ser realizada à noite, conforme acontecia anteriormente, retomando essa dinâmica de trabalho. Relativamente ao segundo semestre, referiu que, em parceria com a Associação Ser Mulher, irão realizar, no mês de julho, uma Sessão sobre Violência Doméstica, em colaboração, igualmente, com as atividades das Férias Divertidas da Câmara Municipal. Em



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

setembro de 2024, pretendem realizar uma atividade que consideram ter muito significado, que é o Teambuilding, que se trata da construção de equipas, trabalho de equipa, virado para a área da ação social, sendo que, o que pretendem é que, e parecendo um pouco estranho, mas não se conhecem todos na área social e ainda são alguns e o objetivo é tentarem estreitar laços em termos de quem trabalha nesta área no Concelho de Reguengos de Monsaraz. De seguida, referiu que no mês de outubro de 2024, à semelhança do que têm vindo a marcar calendário, o ano passado fizeram sobre a igualdade de género, culminaram com o Mural que foi extremamente partilhado e correu muitíssimo bem e no presente ano, irão falar todo o mês de outubro de bullying, envolvendo todas as escolas e todas as entidades do Concelho e vai terminar com uma atividade final, referindo que colocaram a fasquia muito alta em relação ao Mural, pelo que, afirmou não ter ideia do que irá ser feito, mas certamente será algo com algum impacto. Disse ainda que, no mês de novembro, darão destaque ao Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres e ao aniversário da Convenção dos Direitos das Crianças. De seguida, referiu que tinha finalizado a sua intervenção, agradecendo a atenção de todos. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, para agradecer à Dra. Rosa Campaniço a explicação e disponibilidade na partilha do que vai acontecer na CPCJ de Reguengos de Monsaraz, afirmando que ficaram todos esclarecidos. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que da sua parte, não tem mais assuntos para apresentar no período antes da ordem do dia, dando a palavra aos Senhores Deputados. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Felicitações aos Deputados da Assembleia Municipal

----- Usou a palavra o Senhor Deputado Nuno Miguel dos Santos Lavaredas, para felicitar o Senhor Deputado Pedro Alexandre dos Santos Pinheiro pela assunção das funções de Segundo Secretário da Mesa desta Assembleia Municipal, bem como, dar as boas vindas ao Senhor Deputado Jorge Eduardo Fortes Agostinho, desejando um bom mandato a ambos. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Condolências pelo falecimento do Maestro António Menino, apresentadas pelo Senhor

Deputado Nuno Miguel dos Santos Lavaredas, líder da bancada do Partido Social Democrata

----- Prosseguiu no uso da palavra, o Senhor Deputado Nuno Miguel dos Santos Lavaredas, em nome da bancada do Partido Social Democrata, lamentou e expressou as condolências a toda a família, amigos e músicos que tiveram o privilégio de privar com o Maestro António Menino. Mais disse que, acreditam que é consensual o papel que o Maestro teve na cultura e na música do concelho de Reguengos de Monsaraz, assim como será consensual a dedicação que teve para com a Sociedade Filarmónica Harmonia Reguenguense e por inerência para com Reguengos de Monsaraz. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Carnaval 2024, em Reguengos de Monsaraz

----- Prosseguiu no uso da palavra, o Senhor Deputado Nuno Miguel dos Santos Lavaredas, para, em nome da bancada do Partido Social Democrata, felicitar todos os intervenientes no Carnaval de 2024 no concelho de Reguengos de Monsaraz, desde a Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz a todos os participantes de todas as associações e coletividades pelo trabalho desenvolvido na efetivação desta tradição que acreditam que todos os Reguenguenses bastante gostam. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Condolências pelo falecimento do Maestro António Menino, apresentadas pela Senhora

Deputada Élia de Fátima Janes Quintas, líder da bancada do Partido Socialista

----- Usou a palavra a Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas começando por cumprimentar todos os presentes, bem como, todos os que assistem à transmissão desta sessão via streaming. De seguida, e tal como o fez o Senhor Deputado Nuno Miguel dos Santos Lavaredas, informou que, também a bancada do Partido Socialista se associa a estas condolências, não só para com a família, mas para com toda a família da Sociedade Filarmónica Harmonia Reguenguense. Mais disse que, o Maestro António Menino fez a diferença na vida de muitos músicos e de muitos jovens músicos e,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

portanto, crê que vale a pena ser sublinhada a importância que teve para aquela entidade e para o concelho de Reguengos de Monsaraz, levando a Banda de Reguengos de Monsaraz bastante longe, em nossa representação de todos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Disposição dos Deputados na Sala de Sessões da Assembleia Municipal

----- Prosseguiu no uso da palavra a Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas, apresentando uma proposta à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, a qual tem a ver com a disposição da sala de sessões, para tentarem em conjunto, e incluindo a bancada do Partido Socialista, arranjar ou tentar arranjar outra possibilidade. Mais disse que, refere tal proposta porque receberam alguns feedbacks de munícipes que estão em casa a ouvir as sessões, que dizem que têm alguma dificuldade em perceber quem está a falar uma vez que estão de costas voltadas. Mais disse que, se preocupam legitimamente, até porque realmente estão de costas voltadas e, portanto, percebe que não seja fácil, mas ainda assim fazem esta proposta para se associarem e tentarem arranjar uma solução, até porque mesmo quando a Senhora Presidente da Câmara Municipal passa a palavra aos Senhores Vereadores, têm todos que se virar e acabam por estar todos de costas uns para os outros, pelo que deixou a proposta. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Atas das sessões da Assembleia Municipal

----- Prosseguiu no uso da palavra a Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas, referindo que gostaria de colocar uma outra questão que tem a ver com as atas, dizendo que estão na décima sessão ordinária da Assembleia Municipal desde que iniciou o mandato, sendo que a primeira foi em dezembro de 2021, e que até à presente data, aprovaram apenas duas atas, não sabendo se está enganada, mas crê que não. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques referindo que este assunto é também para si uma preocupação, no entanto, não estando correta a afirmação da Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas, uma vez que a última ata aprovada na última sessão da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2023, na qual



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

aprovaram a ata da sessão de 24 de fevereiro de 2023, pelo que, em termos temporais estão com um ano de atraso, faltando todas as sessões de 2023, à exceção da sessão extraordinária realizada em 27 de março de 2023, a qual está aprovada e publicada, que segundo as suas contas faltam 5 atas das sessões ordinárias e uma extraordinária de 2023. Mais disse que, ao contrário do que disse a Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas já foram aprovadas 7 atas de sessões ordinárias da Assembleia Municipal, desde o início do mandato, em outubro de 2021. -----

----- A Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas pediu desculpa pela sua má contabilidade, mas ainda afirmou que têm algum atraso e queriam, naturalmente, tentar perceber porquê, porque um ano de atraso de atas parece-lhes considerável e uma preocupação comum a todos. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para agradecer a intervenção da Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas, afirmando que a questão das atas é uma preocupação não só sua, como também da Mesa da Assembleia Municipal e provavelmente de todos os Deputados, referindo que, em todas as sessões da Assembleia Municipal, tem referido este assunto. Mais disse que, é evidente que a vida do Município não parou porque são emitidas as minutas das atas, através da publicitação do edital com as deliberações tomadas, o que permite que a vida do Município decorra com normalidade e sejam cumpridas todas as decisões que são deliberadas no órgão, pois é essa a função que lhes assiste. Mais disse que, efetivamente, as atas devem ser aprovadas e devem estar publicadas, fazendo parte do processo democrático de transparência e é um assunto que a preocupa bastante, afirmando já ter discutido o mesmo com o Executivo Municipal, sendo deles também essa preocupação, podendo a Senhora Presidente da Câmara Municipal se pronunciar, se assim o entender. Mais disse que, como todos sabem, quando o Dr. Nelson Galvão saiu, foi um elemento que perderam, ficando a Manuela a assumir tudo isto e não conseguindo elaborar as atas, atempadamente. Disse ainda que, teve conhecimento que o Executivo Municipal está a tomar medidas para resolver esta questão, não prevendo que, até meados do presente ano de 2024 a situação esteja resolvida, no entanto, afirmou, uma vez mais, que a preocupação é de todos neste sentido, afirmando que, só as preocupações não chegam, é preciso de facto fazer alguma coisa, para que se cumpram as legalidades e para que a informação seja acessível a todos. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou à Senhora Presidente da Câmara



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Municipal se queria dizer alguma coisa relativamente a este assunto. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, começando por cumprimentar todos os presentes, bem como, a quem acompanha a sessão via streaming. De seguida, deu as boas vindas ao novo Segundo Secretário desta Assembleia Municipal, Pedro Alexandre dos Santos Pinheiro e ao novo Deputado Jorge Eduardo Fortes Agostinho. Relativamente ao assunto em questão, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal já havia dito quase tudo, deixando a nota que se trata, efetivamente, de uma questão de recursos humanos, não é uma questão de transparência, até porque todo e qualquer processo está disponível na Câmara Municipal para qualquer pessoa, a qualquer momento e a qualquer hora, dentro do horário de expediente, poder consultar. Mais disse que, não tem a ver com transparência, também não tem a ver com falta de respeito pela oposição, conforme já viu escrito na presente data, sendo que, se há quem não tem falta de respeito pela oposição é o atual Executivo Municipal pois tem muitíssimas provas dadas em relação a isso, afirmando ser, efetivamente, uma questão de recursos humanos, sendo do conhecimento geral que foram saindo algumas pessoas do Município e que tem sido muitíssimo difícil substituí-las, bem como, também é do conhecimento geral, qualquer pessoa que trabalha na administração pública, se for honesta intelectual e até politicamente, sabe perfeitamente que é muito difícil, neste momento, arranjar técnicos superiores e técnicos para trabalhar na administração pública, afirmando que estão a tentar fazê-lo, inclusivamente, por via das mobilidades, contudo, não tem sido fácil. Disse ainda que, estão a tentar resolver efetivamente, pedem por esse facto desculpa, quer obviamente à Assembleia Municipal, quer também à Câmara Municipal e obviamente a todas as Senhoras Deputadas e Senhores Deputados que neste momento têm a carência desse documento e, portanto, já assumiram essa culpa, sem nenhum pudor. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para agradecer à Senhora Presidente da Câmara Municipal o esclarecimento prestado e afirmou, de seguida, que as atas das sessões da Assembleia Municipal, principalmente as dos meses de abril e de dezembro, são extremamente longas, pelo que, é um trabalho que é muito moroso e deve-se, sobretudo, a uma questão de recursos humanos, mas, acredita que, até final do ano, este assunto ficará resolvido. Mais disse que, acredita que na sessão do próximo mês de abril, pelo menos, mais uma ata terão para



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

aprovar e, posteriormente, ser publicada. Disse ainda que, e tal como referiu anteriormente, a preocupação não chega, mas é importante saber que as pessoas estão empenhadas e que estão a fazer um esforço para colmatar esta lacuna. -----

----- Usou a palavra a Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas para clarificar que ninguém acusou ninguém de falta de transparência, afirmando que as suas palavras não passaram por isso, sendo que apenas e exclusivamente perguntaram o ponto de situação e o porquê, e crê que têm o direito a saber e perceber. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para agradecer a intervenção da Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas e afirmou que é um discurso que tem vindo a ter desde o início do mandato, de que é na Assembleia que estes assuntos e tudo o que diz respeito à vida do Município deve ser tratado e, portanto, com toda a liberdade, pedir os esclarecimentos que entenderem e o que conseguirem esclarecer assim o farão. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Felicitações aos Deputados da Assembleia Municipal

----- Prosseguiu no uso da palavra a Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas, pedindo desculpa por um esquecimento que gostaria de efetuar logo no início da sua intervenção, após a apresentação das condolências relativas ao Maestro António Menino, que é desejar um ótimo mandato ao novo Segundo Secretário da Assembleia Municipal, o Deputado Pedro Alexandre dos Santos Pinheiro e também ao novo Deputado Jorge Eduardo Fortes Agostinho. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Comunidade de Perolivas

----- Usou a palavra a Senhora Deputada Vânia Isabel dos Santos Ramalho, começando por cumprimentar todos os presentes, bem como, todos os que assistem a esta sessão via streaming. De seguida, referiu que a sua intervenção vem no sentido de uma participação, no passado dia 31 de janeiro de 2024, de algumas pessoas que representaram a comunidade de Perolivas, na reunião da



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Câmara Municipal, com preocupações que também são de todos. Mais disse que, as referidas pessoas partilharam as suas preocupações que têm vindo a agravar-se, que têm a ver com a falta de segurança, a falta de higiene das ruas e a dificuldade que estas pessoas têm em viver numa terra onde existe algum receio, onde há um grande desrespeito pelo património que é de todos, que têm dificuldade em ir para as suas casas ao final do dia porque passar na zona da Pedra Escorregadia é um desafio, e já houve vários acidentes e continuam a existir e as pessoas passam a 20 km por hora, quando há um desrespeito pelas terras de todos, quando tudo é devassado e, portanto, estas pessoas chegaram ao ponto de pedirem ajuda nesta reunião de Câmara e, portanto, obviamente, estão cientes que o Município tem as suas competências e que alguns tipos de intervenções passarão para além do que são as competências do Município, mas gostariam de saber que tipo de intervenções já foram feitas e o que está previsto, porque realmente trata-se da segurança e da qualidade de vida de uma aldeia inteira. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para solicitar à Senhora Presidente da Câmara Municipal para, se assim o entender, responder às questões da Senhora Deputada Vânia Isabel dos Santos Ramalho. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para agradecer a intervenção da Senhora Deputada Vânia Isabel dos Santos Ramalho e enaltecer a presença dos Perolivenses na referida reunião de Câmara, a forma como o fizeram e como se dirigiram a todo o Executivo Municipal que estava presente, trazendo as preocupações da sua aldeia, de uma forma muito cívica, sendo que, tiveram a oportunidade, quer no momento, quer depois também na aldeia, de elogiar esse comportamento e essa atitude. Mais disse que, todos os munícipes de Perolivas poderão dirigir-se à Câmara Municipal, à reunião de Câmara, aos atendimentos dos eleitos, sempre que o entenderem, e não só os Perolivenses, mas todos os munícipes do Concelho. Referindo-se especificamente às Perolivas e no que respeita à reunião de câmara no dia 31 de janeiro de 2024, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que os Perolivenses trouxeram preocupações decorrentes de algumas alterações que tinha havido, não só, obviamente, também pela continuidade da situação, mas foi muito despoletada aquela ida à reunião por alguns acontecimentos que tinham acontecido nas Perolivas. De seguida, referiu que o Executivo Municipal, na véspera, tinha reunido com o Senhor Comandante da GNR, que disse estar a patrulhar



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

a aldeia permanentemente nesses dias, sendo que, os próprios Perolivenses tiveram a oportunidade de confirmar essa questão. Mais disse que, a reunião da Câmara Municipal foi realizada numa quarta feita e na sexta feira seguinte, deslocou-se a Perolivas, juntamente com o Senhor Vice-Presidente, Francisco José Cardoso Grilo, o Senhor Vereador António Manuel Boto Fialho, o Senhor Coordenador Municipal da Proteção Civil, Eng.º Dário Velho e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, Pedro Miguel Varela Mata da Conceição, acompanhados com um dos Perolivenses que esteve presente e foi porta-voz na reunião de Câmara de 31 de janeiro de 2024, que mostrou a todos, os problemas existentes em Perolivas, falaram com a população, estiveram junto das pessoas, perceberam alguns problemas que havia para resolver e que podiam ser resolvidos no imediato ou pelo menos nos tempos próximos. De seguida, referiu que o problema principal de base que todos conhecem vem de há muito tempo, uma vez que foi criado um bairro, um gueto há mais ou menos 20 anos em Reguengos de Monsaraz, para o qual foram atiradas várias famílias, todas juntas, no mesmo lugar e, na altura, deveriam ter acautelado o que iria acontecer, fosse na estrada das Perolivas, fosse na estrada da Caridade, fosse na estrada de Campinho, fosse na estrada que fosse, muitas famílias colocadas no mesmo lugar, em casas, sem condições absolutamente nenhuma, inclusivamente sem saneamento básico, era óbvio que ia ser um problema. Mais disse que, foi resolvido no momento, era alguma coisa que tinha que ser feita mas, não foi feito da melhor forma, e agora todos, não só os residentes das Perolivas, com todo o respeito, porque têm que passar por aquele lugar todos os dias, estão a sofrer com um problema que foi criado pelo Partido Socialista há 20 anos, quando fez um gueto chamado Pedra Escorregadia. De seguida, o que prevê que possa acontecer nos próximos tempos, e dentro do que é a Estratégia Local de Habitação, poderão realojar algumas famílias e, eventualmente, fazer o que se deveria ter feito, que era integrar as pessoas na comunidade e não as atirar para um sítio sem quaisquer condições. -----

----- Usou a palavra a Senhora Deputada Vânia Isabel dos Santos Ramalho, referindo que colocou duas perguntas, uma que tem a ver com que tipos de ações já foram tomadas e outra tem a ver com o que é o futuro. Mais disse que, considera que a Senhora Presidente da Câmara Municipal apenas respondeu a uma, pelo que, gostaria, se fosse possível, de obter resposta à primeira. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para responder que, relativamente às ações que foram tomadas e após a visita, um dia após a receção dos Perolivenses na reunião da



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Câmara Municipal, a equipa atrás referida, o Senhor Vice-Presidente, Francisco José Cardoso Grilo, o Senhor Vereador António Manuel Boto Fialho, o Senhor Coordenador Municipal da Proteção Civil, Eng.º Dário Velho e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, Pedro Miguel Varela Mata da Conceição, acompanhados com um dos Perolivenses que esteve presente e foi porta-voz na reunião de Câmara de 31 de janeiro de 2024, percorreram toda a aldeia, identificaram questões que podem ser resolvidas no imediato. Mais disse que, o Senhor Vereador António Manuel Boto Fialho tem intenção de reunir com a comunidade cigana. -----

----- Usou a palavra a Senhora Deputada Vânia Isabel dos Santos Ramalho, referindo que, dentro da comunidade cigana, não se verificou mais nenhuma situação de tiros, no entanto, continua a dificuldade que as pessoas passam, diariamente, para irem para as suas casas e terem que transitar a 20 kms por hora. Mais disse que, a água continua a correr a céu aberto e o lixo continua a estar espalhado pelas ruas da aldeia, mesmo com a limpeza efetuada, no entanto, no dia seguinte está tudo igual. Disse ainda que, após ter verificado no local, afirmou que está tudo igual, e que os problemas enumerados pelo Senhor João Bernardino continuam a acontecer. Mais disse que, sabe que nem tudo pode ser resolvido de um momento para o outro, mas são problemas muito específicos que foram apontados e por isso a sua pergunta, questionando sobre o que foi feito até ao momento, além de ter sido feito o levantamento das necessidades, de falar com as pessoas e de estar junto das mesmas. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para referir que, relativamente à limpeza das ruas, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, que observou estar bastante incomodado com o que foi referido, e entende muito bem porquê, e visto tratar-se de uma transferência de competências para a referida Junta de Freguesia, solicitou ao Senhor Presidente que respondesse, com a devida autorização da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Mais disse que, relativamente à questão da Estrada para Perolivas, junto ao Bairro da Pedra Escorregadia, voltou à mesma questão, citando o que foi dito pela Senhora Deputada Vânia Isabel dos Santos Ramalho, quando diz que a rua é limpa ou a estrada é limpa e no outro dia a seguir já está na mesma, afirmando que não conseguem, como deve imaginar, que não podem ter uma equipa de limpeza, todos os dias, na Estrada da Pedra Escorre Estrada para Perolivas, junto ao Bairro da Pedra Escorregadia. Disse ainda que, a Senhora Deputada Vânia Isabel dos Santos Ramalho,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

também sabe, até porque já teve oportunidade de lhe responder por email a essa questão, que reforçaram os contentores, e os mesmos dois ou três dias depois estavam partidos, bem como, também sabe, pois também lhe foi respondido por email, que repararam a Estrada para Perolivas, junto ao Bairro da Pedra Escorregadia, e dois dias depois a estrada estava cheia de buracos, novamente. Mais disse que, também sabe, porque também lhe respondeu por email, que tentaram várias vezes colocar uma torneira temporizadora para que a água não corra a céu aberto e que a mesma é partida dois ou três dias depois. Concluiu, de seguida, que o problema de base foi arranjado há 20 anos atrás e agora estão a sofrer com este problema, sendo que tem de ser resolvido e vai ser a médio e longo prazo. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para referir que iria dar a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, Pedro Miguel Varela Mata da Conceição, bem como, à Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas que também solicitou a palavra, no entanto, chamou a atenção dos Senhores Deputados para referir que têm apenas cerca de 5 minutos para terminar o período antes da ordem do dia, uma vez que o Regimento em vigor determina no máximo 60 minutos, solicitando, por isso, para que sejam breves. -----

----- Usou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, Pedro Miguel Varela Mata da Conceição, para referir que realmente está incomodado com as palavras da Senhora Deputada Vânia Isabel dos Santos Ramalho, quando a mesma refere que há lixo nas ruas das Perolivas, solicitando que fosse mais concreta na sua afirmação e explicasse melhor o que é que quer dizer quando há lixo nas ruas das Perolivas, porque têm uma pessoa permanente a trabalhar em Perolivas, para a Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, e têm equipas que, de dois em dois dias, vão reforçar esse trabalho nas Perolivas e ele próprio se desloca, diariamente, àquela localidade e não verifica tal mas pediu que a Senhora Deputada explicasse melhor pois poderá haver algum local que não consiga identificar. -----

----- Usou a palavra a Senhora Deputada Vânia Isabel dos Santos Ramalho, referindo que o que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz está a dizer é que ela própria e as pessoas que foram à reunião da Câmara Municipal, estão a faltar à verdade, porque sabe perfeitamente que existe lixo, existem detritos de várias ordens, inclusive nas portas dos moradores, me se vai lá todos os dias e se fala com as pessoas, as mesmas devem reportar-lhe este assunto com



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

muita frequência. Mais disse que, à volta dos contentores, é um pandemónio, afirmando que não está a dizer que não é feita a limpeza, no entanto, continua a acontecer, sendo necessário uma maior regularidade deste tipo de higiene. -----

----- Usou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, Pedro Miguel Varela Mata da Conceição, para referir que o que a Senhora Deputada Vânia Isabel dos Santos Ramalho está a sugerir é que tem que estar, permanentemente, uma pessoa ao lado dos contentores para fazer essa limpeza. Mais disse que, o que está a Senhora Deputada está a querer dizer, é que todas as pessoas que foram a essa reunião, referem que há lixo constante nas ruas das Perolivas porque isso não é verdade, afirmando que a Senhora Deputada Vânia Isabel dos Santos Ramalho já esteve com ele próprio na localidade de Perolivas e não verificou isso, pelo que não lhe venha dizer o contrário, e o que está a afirmar fica-lhe mal porque está, inclusivamente, a apontar o dedo aos funcionários da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, não permitindo que o faça, porque trabalham diariamente na localidade de Perolivas, como trabalham nas outras localidades, como Caridade e Reguengos de Monsaraz, onde têm competência e sabem o trabalho profissional que é desempenhado pelos funcionários. Mais disse que, não poderão estar, de dia e de noite, a fazer a fazer a limpeza das ruas e, certamente poderá haver uma rua ou outra em que poderá acontecer essa situação, mas não venha dizer e generalizar que a localidade de Perolivas tem as ruas sempre sujas de papéis ou seja de que for, uma vez que isso não é verdade. Disse ainda que, junto aos contentores poderá haver algum lixo, o que entende, mas não poderá generalizar que é em toda a localidade de Perolivas, afirmando que isso não o poderá fazer. -----

----- Usou a palavra a Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas, para referir que, e uma vez que a Senhora Presidente da Câmara Municipal falou sobre a Estratégia Local de Habitação, e quando aprovaram a mesma, em 2021, foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis de todas as bancadas com assento na Assembleia Municipal, bem como, na reunião da Câmara Municipal, a qual tinha uma proposta específica para o Bairro da Pedra Escorregadia. -----

----- Usou a palavra o Senhor Deputado Nuno Miguel dos Santos Lavaredas para efetuar uma análise política, referindo que a verdade é que este é um problema comum a vários territórios do País, não se podendo escamotear, é um problema que tem sido, perdurado no tempo, pelo Partido Socialista, em que a governação socialista a nível nacional tem instrumentalizado muitas vezes o que é o Estado



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Social e tem, perdurado no tempo, este tipo de situações, porque não encontra soluções para este problema. Mais disse que, relativamente à questão da situação da Pedra Escorregadia, do ponto de vista social e do ponto de vista de segurança, realmente não é um legado muito bonito que os anteriores governantes da Cidade e do Concelho deixaram e é uma situação que a bancada do Partido Social Democrata também quer demonstrar a preocupação porque ela existe e deve ser tida em atenção a solução do problema. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para deixar uma mensagem importante para os munícipes de Perolivas, referindo que trabalham, diariamente, pelas Perolivas e por todo o Concelho, e estão preocupados com a segurança. Mais disse que, e foi uma das questões colocadas pela Senhora Deputada Vânia Isabel dos Santos Ramalho, referindo que antes do grupo de Perolivenses estarem presentes na reunião do dia 31 de janeiro de 2024, o Executivo Municipal já tinham tido iniciativa de reunir com a GNR apenas e só com a única ordem de trabalhos da segurança em Perolivas, pelo que, o Partido Socialista não está mais preocupado com as Perolivas do que o atual Executivo Municipal do Partido Social Democrata, afirmando estarem todos preocupados, da mesma forma e trabalharão todos para resolver o problema. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Nova imagem do Município de Reguengos de Monsaraz

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, para referir que, conforme solicitado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, deu a informação aos Senhores Deputados da nova imagem do Município de Reguengos de Monsaraz, tendo a mesma sido apresentada na presente data, na reunião da Câmara Municipal, passando o documento pelos Deputados na presente sessão da Assembleia Municipal, para poderem apreciar o mesmo, solicitando à Senhora Presidente da Câmara Municipal para que, muito sumariamente, procedesse a uma breve explicação sobre a nova imagem do Município de Reguengos de Monsaraz. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para referir que o Município de Reguengos de Monsaraz lançou na presente data, 28 de fevereiro de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

2024, na reunião da Câmara Municipal, a nova imagem institucional, com um logotipo, que destaca as atividades econômicas e os valores turísticos do Concelho. Mais disse que, a nova identidade visual é composta por um design alegre e apelativo, que representa o território e que transmite o dinamismo da autarquia e do concelho de Reguengos de Monsaraz. Referiu que, no logotipo, junto à palavra “Reguengos”, estão colocados os vários símbolos e cores que se associam à olaria, ao património, ao sol, à água, ao vinho e às mantas de Reguengos de Monsaraz. Referiu também que, o Centro Oleiro de São Pedro do Corval está representado por duas peças de olaria associadas à cor castanho-claro; enquanto a vinha, o enoturismo e a gastronomia surgem através de um cacho de uvas com a cor roxa; o círculo azul está ligado à água naturalmente e ao lago Alqueva e o círculo amarelo pretende mostrar a importância que o sol e o calor têm para esta região; o património do Concelho é representado por uma porta da Vila Medieval de Monsaraz, com a cor castanha e as seculares mantas de Reguengos estão associadas ao símbolo de um padrão das mantas a cor verde. Mais disse que, o novo logotipo de Reguengos de Monsaraz pretende ser relevante e atrativo para o público, transmitindo uma imagem mais contemporânea, moderna e alinhada com as tendências atuais, referindo que a nova identidade visual visa, igualmente, fortalecer a marca Reguengos de Monsaraz, criando uma imagem mais coesa e consistente em todos os canais de comunicação, para melhorar a sua eficácia e o seu reconhecimento pelo público. -----
----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ORDEM DO DIA

Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para explanar a atividade do Município, em harmonia ao preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que deu conta da informação municipal, entregue a todos os Senhores Deputados, a qual se encontra anexa à presente ata e que aqui se dá por integralmente



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

reproduzida para todos os efeitos legais. -----

----- Usou, em seguida, a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, referindo que todos os Senhores Deputados receberam uma Informação detalhada de toda a atividade dos serviços municipais, destacando, de seguida, alguns acontecimentos onde esteve presente desde a última Assembleia Municipal. -----

----- Começou por referir que, no dia 15 de dezembro de 2023, decorreu o lançamento do Livro – “Em Memória de José Cutileiro”, na Igreja de Santiago, em Monsaraz, que contou com a presença do Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva; da Diretora Regional de Cultura do Alentejo, Ana Paula Amendoeira; do Investigador Integrado do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Pedro Prista; da Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz e do Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, António Manuel Boto Fialho. -----

----- Informou, de seguida, que no dia 18 de dezembro de 2023, realizou-se a Festa de Natal do Pólo de Reguengos de Monsaraz da Universidade Popular Túlio Espanca, com a presença do Grupo de Cavaquinhos da Academia Inatel de Évora, liderado pelo Professor Sérgio Galante. -----

----- Relativamente ao Pólo de Reguengos de Monsaraz da Universidade Popular Túlio Espanca, que conta com mais de uma centena de alunos, que ficaram muito entusiasmados com o Grupo de Cavaquinhos da Academia Inatel de Évora, informou que, no mês de janeiro do corrente ano de 2024, lançaram uma turma de cavaquinhos que está a ser, também, liderada pelo Professor Sérgio Galante, e que, em breve, se apresentarão ao público, sendo a mesma composta por cerca de 20 participantes. -----

----- De seguida, referiu que no dia 22 de dezembro de 2023, numa parceria entre o Município de Reguengos de Monsaraz, a Delta Cafés e o Intermarché, foram recolhidos produtos de higiene no âmbito da campanha "É tempo de ajudar". Desta recolha resultaram 86 kits, distribuídos pelo Município de Reguengos de Monsaraz por agregados familiares em situação de fragilidade económica. -----

----- Informou, também, que no dia 22 de dezembro de 2023, decorreu a assinatura do Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP) com o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas. -----

----- No dia 31 de dezembro de 2023, realizou-se a extraordinária e com o maior sucesso, a festa de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

passagem de ano. -----

----- No dia 2 de janeiro de 2024 deu entrada em vigor o pacote de apoio "Missão mais pelos Jovens", que, neste momento, está em plena expansão, felizmente a ajudar muitos jovens e casais de Reguengos de Monsaraz. -----

----- Mais disse que, no dia 2 de janeiro de 2024, foi publicada em Diário da República, a Consulta Pública do Projeto de Regulamento Municipal do Cartão “Mais Pelos Bombeiros” que decorreu de 03/01/2024 a 14/02/2024, tendo estado presente na reunião da Câmara Municipal, na presente data, 28 de fevereiro de 2024, para aprovação do Regulamento Municipal do Cartão “Mais Pelos Bombeiros”, que se trata, tal como o próprio nome indica, uma série de benefícios que vão atribuir a estas pessoas que tanto merecem. -----

----- No dia 4 de janeiro de 2024, decorreu a outorga de contratos de trabalho com 4 auxiliares de ação educativa, afirmando que têm abertos procedimentos concursais, no sentido do que já têm falado diversas vezes, que é estabilizar as equipas do Município de Reguengos de Monsaraz e não terem trabalhadores precários na Câmara Municipal, sendo um projeto a médio e longo prazo mas em que estão bastante empenhados, tal como, poderão verificar mais à frente, durante a presente sessão da Assembleia Municipal, na proposta referente ao Mapa de Pessoal. -----

----- No dia 8 de janeiro de 2024, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o sorteio "Natal é no Comércio Local" tendo sido atribuídos 3 prémios. -----

----- No dia 12 de janeiro de 2024, teve lugar a inauguração da Exposição de Pintura “Paco o Meu Alentejo” na Igreja de Santiago, em Monsaraz. -----

----- De seguida, referiu que no dia 15 de janeiro de 2024, o Município de Reguengos de Monsaraz, em parceria com o Agrupamento de Escolas e a Ótica Havaneza Eborense, promoveu durante uma semana a realização de rastreios de despistagem visual aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e às crianças com cinco anos de idade do pré-escolar do concelho, esta iniciativa integrou o projeto educativo municipal e teve como objetivo a deteção atempada e a prevenção de patologias, contribuindo para o sucesso do processo de aprendizagem e o pleno desenvolvimento das crianças. Mais disse que, o Município de Reguengos de Monsaraz pretende, no ano de 2024, alargar não só o rastreio visual, mas também rastreios auditivos. -----

----- No dia 15 de janeiro de 2024, teve lugar a reunião com comerciantes do concelho. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----- No dia 19 de janeiro de 2024, o Município de Reguengos de Monsaraz participou no 1.º Congresso e Mostra Nacional de Cidades e Vilas de Cerâmica, que decorreu em Aveiro, nos dias 19 e 20 de janeiro. A autarquia esteve presente com uma mostra das olarias do Centro Oleiro de São Pedro do Corval e promoveu o concelho enquanto destino turístico. -----

----- Referiu, de seguida, que no dia 20 de janeiro de 2024, teve lugar a inauguração da Exposição “Natureza a Óleo: Harmonia viva” de Domitília Dias, no Auditório da Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz, sendo uma artista extraordinária de Santo António do Baldio, freguesia de Corval, que proporcionou uma exposição muito bonita. -----

----- No dia 22 de janeiro de 2024, deu início a Formação em Serviço de Mesa: da mise-en-place ao atendimento, na Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz, que decorreu de 22 a 29 de janeiro e de 5 a 19 de fevereiro de 2024, que sempre disseram que faltava a Reguengos de Monsaraz para se afirmar enquanto destino turístico que houvesse formação na área do turismo, sendo que o fizeram no ano anterior e já iniciaram este ciclo de formações no mês de janeiro de 2024. -----

----- Referiu que entre os dias 24 a 26 de janeiro de 2024, os Técnicos de Turismo do Município de Reguengos de Monsaraz estiveram na FITUR, em Madrid, uma das maiores feiras de turismo do mundo, onde reuniram com operadores turísticos e agências de viagem e deram a conhecer o concelho de Reguengos de Monsaraz. -----

----- No dia 26 de janeiro de 2024, realizou-se o Intercâmbio FitSenior, no Parque de Feiras e Exposições de Reguengos de Monsaraz, tendo estado presentes Sêniiores dos Municípios de Moura, Vidigueira, Serpa, Barrancos, Cuba, Mourão e Reguengos de Monsaraz. -----

----- No dia 26 de janeiro de 2024, foram instalados os primeiros 12 depósitos de cinzas na cidade de Reguengos de Monsaraz, sendo que esta medida visa aumentar a separação de resíduos no concelho e diminuir as más utilizações, de cinzas incandescentes, nos contentores de RSU, diminuindo a sua destruição. -----

----- No dia 29 de janeiro de 2024, decorreu a abertura do Espaço Coworking, na Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz. -----

----- No dia 2 de fevereiro de 2024, teve lugar uma visita a Perolivas, por parte do Executivo Municipal em funções, acompanhado pelo Coordenador Municipal de Proteção Civil e pelo Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, para análise das preocupações



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

apresentadas pelos seus residentes. -----

----- No dia 9 de fevereiro de 2024, teve lugar a abertura do Gabinete de Apoio ao Agricultor, numa parceria com a Associação Monte, ACE, para a capacitação de apoio técnico e de atendimento aos agricultores do concelho de Reguengos de Monsaraz. O serviço realizar-se-á nas primeiras e terceiras sextas-feiras de cada mês, entre as 10.00 e as 12.30 horas, na Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, onde estará um Técnico para atender os agricultores do concelho de Reguengos de Monsaraz. -----

----- No dia 16 de fevereiro de 2024, teve lugar a inauguração da Exposição “Terra e Céu” de Manuel José Marques, no Auditório da Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz. -----

----- De seguida a Senhora Presidente da Câmara Municipal pediu permissão à Senhora Presidente da Assembleia Municipal para dar conta de mais três notas que considera importantes dar conhecimento à Assembleia Municipal, as quais não constam do documento da Informação enviada a todos os Senhores Deputados, começando por referir que reuniram o Conselho Municipal de Educação, no qual apresentaram o Projeto Educativo Local. Referiu que o Projeto Educativo Local é um documento estratégico que organiza todas as políticas educativas do Concelho, estando, neste momento, em análise pelos Senhores Conselheiros e recolha de contributos e depois será devidamente apresentado aos diferentes órgãos para conhecimento. -----

----- De seguida, deu nota de que o Município de Reguengos de Monsaraz, e ainda no âmbito do trabalho na educação, vai candidatar a reabilitação da Escola Básica António Gião, a EBAG, mais conhecida por escola amarela, em Reguengos de Monsaraz, a um aviso do PRR - Programa de Recuperação e Reabilitação de Escolas, Modernização dos Estabelecimentos Públicos de Ensino, inserido na componente 6, Escolas Novas ou Renovadas, do PRR. Mais disse que, o atual Executivo Municipal em funções referenciou a EBAG como uma escola prioritária para intervenção de reabilitação e manutenção, de modo a esta poder entrar no Acordo Setorial de Compromisso entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses e assim poderem candidatar esta escola ao PRR. O projeto a candidatar terá trabalhos de construção civil necessários, reabilitação, modernização e adaptação deste estabelecimento de ensino e ainda aquisição de equipamentos para a escola intervencionada, designadamente, mobiliário escolar, equipamento didático, equipamento informático, de comunicação e equipamento desportivo. Atualmente, decorrem os procedimentos



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

administrativos para a execução dos projetos das empreitadas, as peças desenhadas e escritas, tendo sido executado um trabalho prévio de auscultação, junto do Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, para a referenciação das maiores necessidades para aquele espaço. A taxa de financiamento é de 100% e a apresentação da candidatura terá de ocorrer até 29 de março de 2024, pelo que, estão a trabalhar e a correr contra o tempo. Esta obra deverá ser executada até 30 de junho de 2026, num prazo máximo de 24 meses, contados a partir da data da consignação da empreitada. Referir que estão afetos à região Alentejo, 20 milhões de euros para a reabilitação de escolas e a EBAG terá um investimento de aproximadamente 3,5 milhões a 4 milhões de euros. De seguida, deu uma nota mais específica, de que então na EBAG terão uma melhoria de todos os edifícios em termos térmicos, a rede de abastecimento e saneamento serão novos, caixilharias todas novas, pintura por dentro e por fora, melhoramentos na Portaria, renovação da cantina e criação de um espaço para convívio de alunos, que como todos conhecem, atualmente na EBAG é um corredor que dá acesso ao centro de aprendizagens. Mais disse que, está prevista a criação de um novo CAA – Centro de Apoio à Aprendizagem, libertando o atual espaço para a sala de educação física, que já foi anteriormente. Renovarão todos os balneários no Pavilhão e também a respetiva cobertura. Criarão zonas de sombra para proteger os alunos do sol e da chuva. Também existirá a criação de um laboratório de línguas e expressões. Referiu ainda que, irão adquirir mesas e cadeiras novas, mesas adaptadas aos cadeirantes, bem como, equipamento de cozinha novo, sendo estas as indicações dadas pelo Agrupamento de Escolas, uma vez que reuniram com a Direção para poderem candidatar o que efetivamente faz falta na EBAG e falando com quem lá está todos os dias. -----

----- De seguida, quis deixar mais uma nota que tem a ver com a estratégia do Município para com o ambiente, referindo que o Município de Reguengos de Monsaraz inaugurou o Parque de Valorização de Resíduos do Álamo, no dia 23 de fevereiro de 2024. Mais disse que, com esta infraestrutura, a Autarquia estima aumentar a receção de resíduos verdes em 100 toneladas por ano, quase duplicando a recolha seletiva destes resíduos, que é atualmente de 130 toneladas por ano. A obra representa um investimento municipal de cerca de 73 mil euros, apoiados em mais de 95% pelo programa Recolha Bio, CIMAC do Fundo Ambiental. Mais disse que, nesta fase vai começar a funcionar o Parque para a receção de verdes a granel, com uma plataforma impermeabilizada de 300 m², para promover a sua valorização local e criar sinergias com a infraestrutura em alta gerida



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

pela GESAMB. O Parque de Valorização de Resíduos do Álamos está localizado junto à Estação de Transferência de Reguengos de Monsaraz e visa responder às necessidades dos utilizadores domésticos e não domésticos para facilitar a recolha e a descarga de resíduos verdes e bioresíduos em grandes quantidades. Desta forma, promove-se a gestão sustentável e a economia circular, mitigando impactos negativos no meio ambiente. No âmbito da estratégia municipal para a recolha de biorresíduos, quando abrirem as candidaturas ao Fundo Ambiental ou ao P.O. Regional 2030, a Autarquia pretende também avançar para a criação de um parque para receção de resíduos orgânicos para receber a recolha de proximidade. Numa terceira fase, será instalada uma unidade de compostagem municipal com um centro de mistura e uma linha de compostagem para a valorização dos verdes e orgânicos recolhidos. -----

----- De seguida, quis deixar uma nota sobre as bolsas de estudo, tendo sido uma indicação que deram no Conselho Municipal de Educação, de que tinham orçamentado ou, pelo menos, pensado que conseguiriam dar 30 bolsas de estudo, sendo que, desde que o atual Executivo Municipal entrou em funções, têm vindo a aumentar o número de bolsas de estudo numa ordem de mais 5 bolsas em cada ano. Mais informou que, no presente ano aumentaram para 30 bolsas de estudo, e tiveram 38 candidatos admitidos ao procedimento e a boa notícia é que vão conseguir pagar as bolsas de estudo aos 38 candidatos que foram admitidos a este procedimento, considerando ser uma boa notícia, sobretudo para os estudantes universitários do Concelho que precisam efetivamente desta Bolsa para continuar os seus estudos. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, para referir que são informações muito pertinentes e muito positivas, as quais não constavam no documento enviado, uma vez que o mesmo é elaborado com algum tempo de antecedência. -----

----- De seguida, perguntou aos Senhores Deputados se pretendiam algum pedido de esclarecimento ou algum comentário, não se verificando qualquer intervenção. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Revisão e atualização de Programa de execução do Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal e alteração das especificações da licença de loteamento – Reabilitação do alvará de loteamento n.º 2/2016

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, fez presente uma certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária realizada no dia 14 de fevereiro de 2024, referente à revisão e atualização de Programa de execução do Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal e alteração das especificações da licença de loteamento – Reabilitação do alvará de loteamento n.º 2/2016, aprovado por unanimidade na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 20 de dezembro de 2023, cujo teor da Informação Técnica n.º UOT/PP/159/2022, datada de 14 de dezembro de 2023 ora se transcreve: -

“Informação Técnica n.º UOT/PP/159/2022

Para: Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco Grilo

CC:

De: Serviço de urbanismo, ordenamento e território

Assunto: Revisão e atualização de Programa de execução do Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal e alteração de especificações da licença de loteamento - Alvará de loteamento n.º 2/2016.

Requerente: São Lourenço do Barrocal – Investimentos Turísticos Imobiliários, SA.

Processo n.º: Processo n.º 1/2016; Alvará de Loteamento n.º 2/2016

Data: Reguengos de Monsaraz, 14 de dezembro de 2023

Data entrada: 14/12/2023

1.INTRODUÇÃO:

A promotora do loteamento n.º 1/2016, em sede de audiência de interessados fez pronuncia em relação à caducidade do processo,

solicita agora a reprogramação do Programa de Execução do Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal (PPHB - publicado através do Regulamento n.º 49/2008, no Diário da República, 2.ª série, n.º 18, de 25 de Janeiro, e objeto de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

alteração por adaptação, publicada através do Aviso n.º 26834/2010, no Diário da República, 2.ª série, n.º 245, de 21 de dezembro) por um prazo adicional de 10 anos a contar da sua aprovação pelos órgãos competentes pela sua elaboração ou alteração, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, uma vez que o Programa de Execução é parte integrante do PPHB, nos termos do disposto nos artigos 102.º, 107.º e 188.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-lei n.º 80/2015 de 14 de maio, na redação atual.

Na sequência da requerida aprovação da reprogramação do Programa de Execução do PPHB, mais se requer o averbamento de novo prazo no Alvará de Loteamento n.º 2/2016, considerando 10 anos desde esta alteração deste mesmo título, em conformidade com a mencionada reprogramação do Programa de Execução do PPHB, que não pode ser superior a 10 anos, atendendo ao disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 77.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual.

2. PROPOSTA:

“O presente documento pretende constituir o relatório fundamentado de avaliação da execução do Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal (PPHB) até à data, propondo-se assim justificar e fundamentar a oportunidade e a fundamentação para a revisão do respetivo Programa de Execução, no sentido da sua atualização.

O PPHB foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, na sua sessão ordinária de 28 de dezembro de 2007, e publicado através do Regulamento n.º 49/2008, no Diário da República, 2.ª série, n.º 18, de 25 de janeiro, tendo sido objeto de alteração por adaptação, aprovada em reunião ordinária da referida Assembleia Municipal de 30 de junho de 2010, publicada através do Aviso n.º 26834/2010, Diário da República, 2.ª série, n.º 245, de 21 de dezembro.

A avaliação da execução dos programas e dos planos territoriais constitui uma exigência no quadro do regime legal atinente aos instrumentos de gestão territorial, com consagração na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e Urbanismo 1 (artigo 57.º) e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, revisto em 2015 2 (artigo 187.º).

A avaliação da execução dos programas e planos visa promover a avaliação da adequação e da concretização das opções neles plasmadas à evolução económica, social e ambiental, respondendo à conceção do planeamento territorial como um processo contínuo que suporta a gestão urbanística. A avaliação impõe-se como um instrumento da atualização dos elementos constituintes dos planos, concebidos estes como atos cuja execução se prolonga no tempo, o que pressupõe a respetiva adaptação e atualização para poder fazer face aos desenvolvimentos resultantes da sua execução.

A avaliação da execução dos planos, constitui assim o fundamento justificativo das necessidades de acionar os respetivos procedimentos de dinâmica, por via de alteração ou de revisão (artigo 57.º, n.º 3 da LBGPPSOTU) e, em particular, pode fundamentar propostas de alteração dos respetivos mecanismos de execução com vista a assegurar a concretização dos fins do plano, tanto ao nível da execução como dos objetivos a médio e longo prazo (artigo 188.º, alínea a) do RJIGT). Dez anos volvidos sobre a alteração do PPHB, impõe-se, por isso, efetuar a avaliação da respetiva execução até à data e perspetivar a execução futura, no quadro do regime legal sintetizado e com vista à atualização, apenas, do respetivo



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Programa de Execução, não se pretendendo que esta atualização dê lugar a qualquer procedimento de alteração dos elementos fundamentais do Plano.

Conforme estabelecido no artigo 48º do Regulamento do PPHB a execução do Plano desenvolve-se no âmbito das sete Unidades de Execução definidas e delimitadas na Planta de Implantação.

O Programa de Execução do PPHB considerou a execução em duas fases, sendo que na 1ª fase se incluiu a recuperação do Monte do Barrocal, a construção do Hotel e de quatro núcleos do Conjunto Turístico (do Monte, do Pinheiro, dos Arrifes e dos Agrários) e as respetivas obras de urbanização, a recuperação da horta e melhoramentos nas redes viárias de utilidade agrícola e melhoramentos paisagísticos.

O Conjunto Turístico, cuja execução se previa para a 1ª fase, é composto pelo Hotel, o Aldeamento Turístico (ambos na Unidade de Execução III) e 90 unidades de alojamento distribuídas pelos referidos quatro núcleos distintos (Unidades de Execução III, IV, V e VI).

A integral concretização e exploração de todas as componentes do Conjunto Turístico, tal como perspectivado, constitui a premissa base da prossecução de um dos objetivos estratégicos do PP, no que se refere à componente turística em estreita articulação com os objetivos de conservação e reabilitação ecológica e de exploração do potencial cultural e natural da Herdade do Barrocal (alínea e) do artigo 2º do Regulamento do PPHB).

Neste sentido, refere o Relatório do Plano: Como consequência do reordenamento proposto para a Herdade do Barrocal, que assenta na continuidade da paisagem e da atividade agrícola em que os núcleos de construção a implantar complementam o carácter do espaço que habitam, e indo ao encontro da procura turística do mercado, o projeto turístico estruturante da herdade visa a criação

de um programa turístico com uma unidade hoteleira e spa de cinco estrelas com setenta quartos assim como um Conjunto Turístico de 160 unidades de alojamento. As unidades de alojamento propostas, 230, e as instalações turísticas complementares previstas parecem-nos que são a justa medida entre a dimensão e caracterização paisagística da herdade e a solidez de um programa turístico sustentado.

O que posiciona o projeto turístico da Herdade do Barrocal no mercado do turismo de luxo Europeu é o usufruto de uma arquitetura contemporânea coerente e neutra face a uma paisagem agrícola viva. A forte componente cultural, com a excelência dos serviços hoteleiros e de saúde sustentados em formação qualificada e em sistemas de tecnologias especializados cimentam o projeto no seio deste competitivo mercado turístico.

A componente turística do programa constante do Plano é assim perspectivada num âmbito mais vasto, que engloba o conjunto dos recursos presentes na Herdade do Barrocal - a Paisagem, a Arqueologia, a Agricultura, o Turismo, a Arquitetura, e a Economia do processo, e coloca-os à partida no mesmo nível de interação. A proposta do plano, refere-se à intenção de transformação do espaço agrário da Herdade do Barrocal, num espaço de uso múltiplo, em que a economia de exploração agro-pastoril se articula com a introdução da exploração turística (...). Da avaliação da viabilidade económica da exploração atual, e da possibilidade aberta (...) de instalação de uma unidade turística, foi



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

direcionado o estudo de avaliação da possibilidade de conjugação articulada da exploração do recurso solo (enquanto suporte produtivo da atividade agro-pastoril) com o recurso paisagem (enquanto suporte biofísico e cultural da atividade turística). (Relatório do Plano, p. 45).

Da interação coordenada de desenvolvimento das componentes referidas dão nota os objetivos do Plano (artigo 2.º do Regulamento), nas componentes produtiva, ecológica, cultural e turística.

Sendo vasto o conjunto das intervenções subjacentes à execução do PPHB na articulação coordenada das componentes referidas, verifica-se que o Programa de execução apontava para que as obras de urbanização da primeira fase ocorressem nos anos 1 a 3 após a entrada em vigor da alteração do Plano, e as obras de construção nos anos 2 a 4.

Por seu turno, a segunda fase, incluindo os núcleos da Barragem e das Lameiras, com 59 unidades de alojamento, o Centro Náutico, a consolidação do plano de melhoramentos paisagísticos e do Parque Agrícola, com a construção de uma adega e um lagar de azeite, estava prevista ocorrer nos anos 4 a 6.

Importa, assim, efetuar a avaliação da execução do Plano numa ótica integrada de todas as componentes do respetivo programa, sendo certo que os objetivos económicos e sociais perspetivados pelo Plano em termos de investimento e de emprego (cf. p. 102 do Relatório do PPHB), apenas são alcançáveis por via da integral concretização daquele Programa.

II. Avaliação até à data dois anos volvidos após a alteração do Plano realizada em 2010, pelo Despacho n.º 12777/2012, de 28 de setembro, foi determinada a sujeição a Avaliação de Impacte Ambiental do Conjunto Turístico.

A necessidade de elaborar um Estudo de Impacte Ambiental e a tramitação do procedimento inerente, que apenas veio a obter Declaração de Impacte Ambiental favorável condicionada a 1 de julho de 2013, não permitiu, por isso, observar o faseamento inicialmente previsto no Programa de Execução. As obras de urbanização apenas se iniciaram em 2013 (Alvará n.º 1/13) e as obras de

alteração e ampliação dos edifícios em 2014 (Alvará de obras de construção n.º 11/2014), tendo terminado em 2016 e dado início à exploração do Conjunto Turístico.

Paralelamente foram também feitos os melhoramentos paisagísticos na Herdade, nomeadamente a implementação de medidas cautelares de conservação das zonas sensíveis, o adensamento, limpeza e manutenção da mata seca nos espaços de uso múltiplo.

Ou seja, não foi possível observar o faseamento previsto no Programa de Execução, essencialmente, pela necessidade de sujeitar o Conjunto Turístico a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), procedimento que não se encontrava inicialmente considerado por ter sido determinada a sujeição a AIA por decisão casuística dos membros do Governo, por ter sido considerado que o conjunto turístico seria suscetível de provocar um impacte significativo no ambiente.

O ano da emissão da DIA – 2013 – coincidia com o ano da conclusão das obras de urbanização da fase 1.

Também em 2016, foi efetuada a primeira operação de transformação fundiária que, através de uma operação de loteamento, titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 2/16, abrange as Unidades de Execução III e IV, respetivamente, os núcleos dos Arrifes e dos Pinheiros, e deu origem a 27 lotes, a saber:

- *Lote 1: Hotel e Aldeamento turístico - já construídos e em exploração;*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

- Lote 2: Horta - já construído;
- Lotes 3 a 27: Edifícios autónomos de carácter unifamiliar.

A entrada em operação do Hotel e do Aldeamento Turístico em 2016, foram fundamentais para, ao longo destes cinco anos, consolidar o Barrocal como destino turístico e como local para investimento sustentável.

Decorridos cinco anos sobre a constituição dos lotes naqueles dois núcleos, estão já vendidos 20 dos 25 lotes para unidades de alojamento, dos quais cinco projetos foram já apresentados ao Município e têm a sua construção prevista para breve.

Importa ainda referir que o processo de elaboração dos projetos para as unidades de alojamento é um processo moroso pois requer um estudo aprofundado do local por parte das equipas projetistas e mesmo dos proprietários dos lotes, na sua maioria estrangeiros que procuram no Barrocal um local para se instalarem, estudos esses que chegam a necessitar de um ano inteiro para que sejam apreendidas as características e singularidades do local durante as quatro estações do ano, reflexão esta muito relevante na escolha do local para implantação da edificação e a sua orientação, bem como na elaboração dos projetos de arquitetura paisagista.

Ora, verifica-se que o Alvará n.º 2/2016, veio prever um prazo de quatro anos para a conclusão das obras de edificação nos lotes. Se ancorado no Programa de Execução, poderia ter sido logo à partida definido o prazo máximo de 10 anos, previsto no artigo 77.º, n.º 1, alínea g) do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, à data com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de

setembro 3. Com efeito, estipula aquela disposição que o alvará de licença de operação de loteamento ou de obras de urbanização deve especificar o Prazo máximo para a conclusão das operações de edificação previstas na operação de loteamento, o qual deve observar o prazo previsto no instrumento de programação da execução do plano territorial de âmbito municipal ou intermunicipal aplicável e não pode ser superior a 10 anos;

A fixação do prazo de quatro anos para edificação nos lotes, em 2016, volvidos seis anos desde a entrada em vigor da alteração por adaptação e já se tendo dado início em 2013 à execução do Plano, viabilizada pela DIA, veio assim a revelar-se inadequada para o projeto e para a sua necessária consolidação.

Consolidado que está o nome do São Lourenço do Barrocal como destino turístico de qualidade e capaz de atrair uma comunidade internacional que quer criar raízes no Barrocal e fazer perdurar um conceito de sustentabilidade que caracteriza o projeto desde o início, importa agora fazer uma revisão Programa de Execução, não só quanto ao prazo para as obras de edificação nas UE II e IV,

abrangidas pelo Alvará de Loteamento n.º 2/2016, mas também para a conclusão da execução das restantes UE, quer em termos de edificação (UE II - Parque agrícola, Ruína da Barragem e Monte Novo), quer de transformação fundiária (loteamento para as restantes 95 moradias turísticas) e respetiva infraestruturação/obras de urbanização (UE V, VI e VII).

Vem por isso propor-se a atualização do Programa de Execução, na ótica referida no ponto I, da integral execução das diversas componentes que integram o programa global subjacente ao PPHB.

III. Programa de Execução revisto



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Face ao acima exposto propõe-se a atualização do Programa de Execução apresentado em 2010 à realidade atual e à perspetiva temporal que se considera razoável para a sua execução. Assim apresenta-se o seguinte faseamento que descreve as ações previstas e que permitem a prossecução dos objetivos estratégicos do PPHB.”

In Memória Descritiva

3. ANÁLISE E CONCLUSÃO:

3.1. Análise:

De acordo com o parecer jurídico n.º 10/JUA/MS/2023 de 12 de novembro de 2023, relativamente ao prazo do alvará de loteamento n.º 2/2016, seja de considerar os 10 anos, contados desde a alteração do título, em conformidade com a reprogramação do Programa de execução do Plano Pormenor da Herdade do Barrocal, que não pode ser superior a 10 anos, atento o disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 77.º do RJUE.

De acordo com o entendimento da Dr.ª Dulce Lopes no curso de formação “Loteamentos Urbanos”, na qual participou o chefe de divisão foi indicado que a Câmara Municipal goza da natureza discricionária da caducidade, pelo que deve reabilitar o título desde que existam evidências de execução do programa e impor a condição que findo o prazo dos 10 anos será declarada a caducidade do processo pela Câmara Municipal sem direito a audiência prévia dos interessados.

3.2. Conclusão:

Face ao exposto, propõe-se à Câmara Municipal:

a) a reabilitação do alvará de loteamento n.º 2/2016;

b) a aprovação do novo programa de execução do Plano de Pormenor pelo prazo de 10 anos a contar desde a aprovação do título;

c) a submissão do novo programa de execução do Plano de Pormenor à aprovação da Assembleia Municipal, atento ao facto do Programa de execução ser parte integrante do Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal (artigo 46.º do Plano de Pormenor e artigos 102.º, 107.º e 188.º, todos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual;

d) averbamento do novo prazo no alvará de loteamento.”

----- De seguida, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Sofia da Silva Chilrito Prates, para proceder à explicação sobre o presente ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Ponderado, apreciado e discutido o assunto a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o novo programa de execução do Plano de Pormenor pelo prazo de 10 anos a contar desde a aprovação do título atento ao facto do Programa de execução ser parte integrante do Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal (artigo 46.º do Plano de Pormenor e artigos 102.º, 107.º e 188.º, todos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual. -----

----- Não participou na votação a deputada desta Assembleia Municipal Vânia Isabel dos Santos Ramalho, pedindo escusa uma vez que exerce funções profissionais na empresa, Herdade do Barrocal. -----

Pedidos de isenção de taxas devidas pelo processo de alteração de loteamento n.º 03/2020 e pelos processos de Comunicação Prévia apresentados pela “Cooperativa de Construção e Habitação Económica Giraldo Sem Pavor CRL”

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, fez presente uma certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária realizada no dia 14 de fevereiro de 2024, referente aos pedidos de isenção de taxas devidas pelo processo de alteração de loteamento n.º 03/2020 e pelos processos de Comunicação Prévia apresentados pela “Cooperativa de Construção e Habitação Económica Giraldo Sem Pavor CRL”, cujo teor ora se transcreve: -----

“CERTIDÃO

----- Maria Manuela Freire Martelo, na qualidade de Secretária desta Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, em regime de substituição, nos termos do Despacho n.º 3-A/GP/2021, datado de 20 de outubro de 2021, exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates: -----

----- CERTIFICA que na reunião do órgão executivo realizada no dia 14 de fevereiro de 2024, em que se encontravam presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo e a Senhora Vereadora Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, foi aprovada em minuta, a Proposta n.º 11/VP/2024, firmada em 8 de fevereiro de 2024, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, com o teor que ora se transcreve: -----

“Proposta n.º 11/VP/2024



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Pedidos de isenção de taxas devidas pelo processo de alteração de loteamento n.º 03/2020 e pelos processos de Comunicação Prévia apresentados pela “Cooperativa de Construção e Habitação Económica Giraldo Sem Pavor CRL”

Considerando que:

§ A Cooperativa de Construção e Habitação Económica Giraldo sem Pavor, CRL, NIPC 501 393 684, com sede à Rua do Serrabulho, n.º 4-A, Évora, legalmente representada pelos membros do Conselho de Administração, apresentou junto do Município de Reguengos de Monsaraz um requerimento com entrada no Sistema de Gestão Documental, em 12 de janeiro de 2024, a solicitar a isenção de taxas referentes à alteração ao loteamento com o processo n.º 3/2020, alegando, para o efeito, tratar-se de empreendimento cooperativo a custos controlados;

§ O processo administrativo n.º 3/2020, é referente a licenciamento de operação de loteamento com obras de urbanização no lote de terreno para construção urbana sito à Estrada Nacional n.º 256 – Junqueira, em Reguengos de Monsaraz, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 5692, da freguesia de Reguengos de Monsaraz e descrito na Conservatória do Registo Predial de Reguengos de Monsaraz sob o n.º 4690;

§ Por deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião ordinária realizada em 20 de dezembro de 2023, foi aprovado, respetivamente, o projeto de arquitetura referente à alteração à Licença de operação de loteamento em apreço;

§ A Cooperativa de Construção e Habitação Económica Giraldo sem Pavor, CRL apresentou no processo de loteamento uma declaração, datada de 06 de abril de 2022, de compromisso de obtenção da certificação de construção ao abrigo da construção a custos controlados, junto do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, logo que obtenha a licença de construção dos lotes constantes do loteamento em apreço;

§ A Cooperativa de Construção e Habitação Económica Giraldo sem Pavor, CRL é uma cooperativa que tem como objeto e finalidades: a) a construção, promoção de construção e aquisição de fogos para habitação dos seus membros, bem como a sua reparação, conservação e remodelação; b) contribuir para a melhoria da qualidade habitacional dos espaços em que se integram, promovendo o tratamento das áreas envolventes dos empreendimentos por que são responsáveis, incluindo as zona de lazer e assegurando a manutenção permanente das boas condições de habitabilidade dos edifícios; e, c) em geral a prossecução de quaisquer outros objetivos de interesse coletivos ou social consentâneos com a natureza da Cooperativa e o respetivo objeto;

§ De acordo com o artigo 11.º, n.º 2, do Regulamento de taxas, tarifas e preços do Município de Reguengos de Monsaraz, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 14, de 21 de janeiro de 2009, através do Aviso n.º 1947/2009, a Assembleia Municipal pode, mediante proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais de taxas, tarifas e preços previstos na Tabela anexa, relativamente a atos ou factos que se destinem direta e imediatamente à prossecução dos respetivos fins legais ou estatutários, a Cooperativas, suas uniões, federações ou confederações;

§ De acordo com o artigo 13.º, n.º 2, do Regulamento de taxas, tarifas e preços do Município de Reguengos de Monsaraz poderão beneficiar de isenção total ou parcial do valor das taxas, tarifas e preços, previstas no presente Regulamento e



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Tabela anexa, as operações destinadas a habitação a custos controlados, mediante a apresentação da certificação do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU);

§ O montante total das taxas para efeitos de alteração ao alvará de loteamento a que se reportam o pedido é de € 151,60 (cento e cinquenta euros e sessenta cêntimos), de acordo com a Informação emitida pela Subunidade orgânica Expediente Urbanístico;

§ A referida isenção de taxas não dispensa o beneficiário de requerer junto do Município as necessárias licenças, autorizações ou comunicações prévias quando exigíveis, para a realização da operação urbanística em causa, conforme dispõe o n.º 4, do art.º 18.º, do Regulamento de taxas, tarifas e preços do Município de Reguengos de Monsaraz;

§ A requerente já apresentou junto do Município de Reguengos de Monsaraz as comunicações prévias para construção de 12 (doze) lotes e que a mesma requereu, igualmente, a isenção das referidas taxas, referentes aos processos n.ºs 6/24 a 17/24, através de requerimento com entrada no Sistema de Gestão Documental, em 08 de fevereiro de 2024, alegando, para o efeito, tratar-se de empreendimento cooperativo a custos controlados;

§ O montante total das taxas referentes aos 12 (doze) processos de Comunicação Prévia a que se reportam o pedido, é de € 5.022,24 (cinco mil, vinte e dois euros e vinte e quatro cêntimos), correspondendo ao valor unitário de € 418,52 (quatrocentos e dezoito euros e cinquenta e dois cêntimos), de acordo com a Informação emitida pela Subunidade orgânica Expediente Urbanístico;

Termos em que somos a propor ao executivo municipal:

a) Que delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 2 e 9, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e dos artigos 11.º, n.º 2, 13.º, n.º 1 e 18.º, todos do Regulamento de taxas, tarifas e preços do Município de Reguengos de Monsaraz, submeter à Assembleia Municipal, a concessão de isenção total das taxas devidas pela emissão da alteração ao alvará de licença de loteamento em apreço referentes ao processo administrativo n.º 3/2020, no valor total de € 151,60 (cento e cinquenta euros e sessenta cêntimos), e de isenção total das taxas referentes aos 12 (doze) processos de Comunicação Prévia correspondentes à construção de 12 lotes do referido loteamento, no valor total de € 5.022,24 (cinco mil, vinte e dois euros e vinte e quatro cêntimos), conforme documentos em anexo que se dão aqui por integralmente reproduzidos para todos os devidos e legais efeitos, à Cooperativa de Construção e Habitação Económica Giraldo sem Pavor, CRL, mediante a condição resolutiva de apresentação da certificação pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana de operação a custos controlados logo que seja emitida;

b) Que seja determinado à Subunidade Orgânica Expediente Urbanístico e ao Serviço de Urbanismo e Ordenamento do Território, ambos do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução da deliberação que recair sob a presente proposta.”

----- Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: -----

---- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 11/VP/2024; -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----- b) Ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 2 e 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e dos artigos 11.º, n.º 2, 13.º, n.º 1 e 18.º, todos do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município de Reguengos de Monsaraz, submeter à Assembleia Municipal, a concessão de isenção total das taxas devidas pela emissão da alteração ao alvará de licença de loteamento em apreço referentes ao processo administrativo n.º 3/2020, no valor total de € 151,60 (cento e cinquenta euros e sessenta cêntimos), e de isenção total das taxas referentes aos 12 (doze) processos de Comunicação Prévia correspondentes à construção de 12 lotes do referido loteamento, no valor total de € 5.022,24 (cinco mil, vinte e dois euros e vinte e quatro cêntimos), conforme documentos que se anexam à Proposta n.º 11/VP/2024 e que se dão aqui por integralmente reproduzidos para todos os devidos e legais efeitos, à Cooperativa de Construção e Habitação Económica Giraldo sem Pavor, CRL, mediante a condição resolutiva de apresentação da certificação pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana de operação a custos controlados logo que seja emitida; -----

----- c) Determinar à Subunidade Orgânica Expediente Urbanístico e ao Serviço de Urbanismo e Ordenamento do Território, ambos do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução da presente deliberação camarária." -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para proceder à explicação sobre o presente ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Ponderado, apreciado e discutido o assunto a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a concessão de isenção total das taxas devidas pela emissão da alteração ao alvará de licença de loteamento em apreço referentes ao processo administrativo n.º 3/2020, no valor total de € 151,60 (cento e cinquenta euros e sessenta cêntimos), e de isenção total das taxas referentes aos 12 (doze) processos de Comunicação Prévia correspondentes à construção de 12 lotes do referido loteamento, no valor total de € 5.022,24 (cinco mil, vinte e dois euros e vinte e quatro cêntimos), conforme documentos que se anexam à Proposta n.º 11/VP/2024 e que se dão aqui por integralmente reproduzidos para todos os devidos e legais efeitos, à Cooperativa de Construção e Habitação Económica Giraldo sem Pavor, CRL, mediante a condição resolutiva de apresentação da certificação pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana de operação a custos controlados logo que seja emitida. -----

Mapa Anual Global de Recrutamentos para o ano de 2024

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Marques, fez presente uma certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária realizada no dia 14 de fevereiro de 2024, referente ao Mapa Anual Global de Recrutamentos para o ano de 2024, cujo teor ora se transcreve: -----

“CERTIDÃO

----- Maria Manuela Freire Martelo, na qualidade de Secretária desta Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, em regime de substituição, nos termos do Despacho n.º 3-A/GP/2021, datado de 20 de outubro de 2021, exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates: -----

----- CERTIFICA que na reunião do órgão executivo realizada no dia 14 de fevereiro de 2024, em que se encontravam presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo e a Senhora Vereadora Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, foi aprovada em minuta, a Proposta n.º 12/VP/2024, firmada em 8 de fevereiro de 2024, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, com o teor que ora se transcreve: -----

“Proposta n.º 12/VP/2024

Mapa Anual Global de Recrutamentos para o ano de 2024

Considerando:

- Que o Mapa de Pessoal do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2024 foi aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz realizada em 22 de dezembro de 2023, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião extraordinária de 30 de novembro de 2023;
- Que nos termos do artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, doravante designada por LTFP, o Mapa de Pessoal é um instrumento de gestão de elaboração anual do qual constam a indicação dos postos de trabalho que a autarquia necessita para o desenvolvimento das suas atividades, permanentes e temporárias, e onde constam, igualmente, os postos de trabalho ocupados e aqueles para os quais se pretende promover o recrutamento de trabalhadores;
- Que a alteração introduzida pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, ao artigo 30.º da LTFP veio estatuir que o recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo público, apenas poderá ocorrer dentro dos limites previstos no Mapa Anual Global de Recrutamentos;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 30.º da LTFP o Mapa Anual Global de Recrutamentos deverá ser aprovado durante o primeiro trimestre do respetivo ano orçamental, contendo os postos de trabalho discriminados por: departamento governamental; órgão ou serviço; carreira e categoria; modalidade de vinculação; tempo indeterminado ou a termo;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

• *Que se optou por consagrar, também, no Mapa Anual Global de Recrutamentos as situações de procedimentos concursais restritos a trabalhadores titulares de vínculo de emprego público por tempo indeterminado e as situações de mobilidade que possam constituir-se ou consolidar-se no ano a que o Mapa se reporta (2024);*

• *Que o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal aprovado deverá respeitar o montante máximo aprovado órgão executivo para este tipo de encargos (que para o ano de 2024 foi fixado em 151.000€ na reunião extraordinária da Câmara Municipal de 30 de novembro de 2023), Nestes termos, propõe-se ao Executivo Municipal:*

a) A aprovação, nos termos do n.º 6 do artigo 30.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do Mapa Anual Global de Recrutamentos do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2024, o qual se anexa à presente proposta e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;

b) A submissão à Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz do Mapa Anual de Recrutamentos do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2024 para aprovação;

c) Determinar à Subunidade Orgânica Recursos Humanos a adoção dos atos necessários ao cumprimento da deliberação que recair sobre a presente proposta.”

----- Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por Maioria, com dois votos a favor dos eleitos do Partido Social Democrata, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates e Francisco José Cardoso Grilo e um voto de abstenção da eleita do Partido Socialista, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena: -----

----- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 12/VP/2024; -----

----- b) Aprovar, nos termos do n.º 6 do artigo 30.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o Mapa Anual Global de Recrutamentos do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2024, o qual se anexa à Proposta n.º 12/VP/2024 e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

----- c) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz o Mapa Anual de Recrutamentos do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2024; -----

----- d) Determinar à Subunidade Orgânica de Recursos Humanos do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos inerentes à cabal e integral execução da presente deliberação camarária.” -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para proceder à explicação sobre o presente ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Usou a palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, começando por cumprimentar todos os presentes, bem como, quem acompanha a sessão via streaming. De seguida, desejou ao Segundo Secretário da Mesa, Pedro Alexandre dos Santos Pinheiro, votos de um excelente trabalho nas novas funções. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----- Relativamente a presente ponto da ordem de trabalhos, afirmou ter analisado a documentação e referiu que ficou com algumas dúvidas, que gostaria de poder ver esclarecidas. Referiu que, têm um mapa pessoal para 2024, aprovado na anterior sessão da Assembleia Municipal, e que onde é visível cerca de novos 181 postos vagos, sendo que serão 179 a tempo indeterminado e mais dois a tempo determinado, pelo que percebeu. Seguidamente, referiu que têm depois um documento que é aquele que estão a aprovar neste momento, que é o Mapa Anual Global de Recrutamentos para o ano de 2024, em que a globalidade dos postos de trabalho vagos são 168. De seguida, referiu que o número de postos de trabalho vagos deveria ser coincidente nos dois documentos, sendo que uma das utilidades que o documento em aprovação na presente sessão tem, é de facto explicar as diferentes modalidades e formas através das quais é que os postos de trabalho vão ser preenchidos. Mais disse que, esta é uma primeira dúvida que tem e que gostava de ver esclarecido.

----- No que respeita a uma segunda questão, o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca disse que tem a ver com, perceber, de facto, onde é que está a previsão para o preenchimento destes postos de trabalho no Orçamento Municipal, porque se há a intenção de preencher 181 postos de trabalho, tem que haver uma previsão bastante robusta em orçamento, e afirma que também não consegue ver isso no orçamento que aprovaram. Mais disse que, eram estas as duas questões que gostaria que fossem esclarecidas. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, agradeceu ao Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, pelas questões colocadas, passando a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, pedindo autorização para passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo. -----

----- Usou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, começando por cumprimentar todos os presentes, bem como, quem assiste à presente sessão via streaming. -----

----- Relativamente ao Mapa de Pessoal para 2024, e conforme foi explicado na reunião da Câmara Municipal, o que foi feito com o Mapa Anual Global de Recrutamentos para o ano de 2024 que está presente para votação nesta sessão da Assembleia Municipal, foi um levantamento exaustivo das necessidades do Município e após conversações com os serviços chegaram à conclusão de que era,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

efetivamente, o mapa das necessidades que o Município tem, e o que fizeram foi proceder à colocação de todas as necessidades que o Município tem para que possam, a qualquer momento, poder abrir qualquer concurso sem perder qualquer tempo. Esse mapa vai servir para este ano e para o próximo ano também, pelo que, o facto de estarem colocadas 177 vagas, estando a falar de memória, não significa que as vão preencher durante o ano de 2024, nem conseguiriam preencher este ano, nem certamente no próximo ano. Em relação às vagas e à rubrica orçamental que está para o presente ano de 2024, como julga ser do conhecimento, pelo menos se consultarem, o montante para este ano é de 151 mil euros para colocação de novos colaboradores, pelo que, será esse o montante a que poderão chegar este ano de 2024 para o recrutamento de novos funcionários para o Município. No entanto, fica o trabalho feito para que no próximo ano não percam mais tempo e possam, logo em janeiro, fevereiro ou março, quando o entenderem, poderem recrutar e reforçar todos os serviços do Município, aqueles que considerem mais prementes e que cheguem à conclusão que têm mais urgência. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, disse ainda que, estarem inscritas todas essas vagas, é no sentido de estarem completamente disponíveis para poder recrutar, de imediato, no entanto, não são 177 novas vagas, porque estão as vagas já ocupadas, como é do conhecimento do Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca. Mais disse que, não tem em mente quantas são as novas vagas, mas certamente não são 177, porque existem algumas que já estão ocupadas, vagas que estão reservadas para pessoas que estão em mobilidade e que têm que estar os lugares vagos para que, quando as pessoas regressarem, terem o seu lugar à disposição. Disse ainda que, o motivo de estarem todas essas vagas disponíveis é no sentido de poderem contratar, com a maior celeridade possível, porque, felizmente, este ano, e certamente virá na próxima sessão da Assembleia Municipal, a saída do endividamento excessivo e, certamente, o Município poderá e deverá ter outro ritmo de contratação que até agora não podia ter, porque estava impedido de o fazer, e vão ter a necessidade de contratar vários postos. Mais disse que, há serviços que têm técnicos e auxiliares e há serviços que, à primeira vista, poderiam não precisar de técnicos e poderiam não precisar de auxiliares, mas que têm a vaga também, porque ficam, desta forma, com todas as portas abertas para que possam contratar sem nenhum tipo de impedimento e com a maior celeridade possível. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----- Usou a palavra a Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas referindo que, ao ouvir a intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, disse perceber perfeitamente a intenção, no entanto, o que têm para aprovação na presente sessão da Assembleia Municipal é um mapa de recrutamento para 2024 e não é um mapa de recrutamento plurianual, pelo que, não podem estar a visualizar e diz perceber o levantamento exaustivo, percebe a necessidade da exigência do levantamento exaustivo, mas, o que a Lei solicita é que se aprove um mapa de pessoal e um mapa de recrutamento para um determinado ano e não fazer a previsão para vários anos, senão teriam aprovado um mapa de recrutamento plurianual e um mapa de pessoal plurianual. Mais disse que, a questão prende-se exatamente com isto, embora percebendo a intenção, mas não é isso que se pede que se aprove. -----

----- Usou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, mas referir que percebe perfeitamente o que disse Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas, mas isso traz constrangimentos enormes a nível de mapa de pessoal e a nível de contratação, principalmente quando têm que contratar em pouco tempo, porque a necessidade é grande, em todos os serviços, como devem imaginar e conhecer também, afirmando que têm uma necessidade enorme de contratação e se tiverem um mapa de pessoal completamente adequado e disponível para contratar qualquer tipo de funcionário, qualquer tipo de categoria em qualquer serviço que seja necessário, este ano não conseguirão contratar ninguém, porque um concurso só por si é um processo burocrático, demorando alguns meses e se para além disso ainda terem que alterar o mapa de pessoal porque precisava de um assistente técnico e tem só lá um técnico, assim sendo não conseguem contratar. Mais disse que, o Município não precisa disso, mas sim de um mapa pessoal ágil e que seja prático e que possa resolver os problemas. Disse ainda que, percebe perfeitamente, mas o mapa de pessoal, neste momento, tem a informação das necessidades que o Município precisa e pensa que é um instrumento muito útil para a contratação de pessoal. -----

----- Usou a palavra a Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas para referir que, tal como disse, percebe perfeitamente, mas o que não pode considerar ajustado é que num mapa de recrutamentos esteja um número total de recrutamentos previstos para 2024 de 168 pessoas e o mesmo não seja, exatamente, coincidente com aquilo que é a realidade. Mais disse que, se efetivamente há dúvida que se consiga contratar em 2024 estas pessoas, não crê que seja adequado



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

estarem previstas essas vagas, pois deveriam estar as que considerariam reais em termos de possibilidade de contratação para o ano 2024. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, referindo que o Executivo Municipal em funções, entendeu que o mapa pessoal era feito assim e de acordo com as necessidades que foram levantadas em conjunto, com todas as pessoas de todos os serviços. Se há pessoa aqui que sabe, por via das funções que desempenha na sua entidade empregadora, da dificuldade que é um procedimento concursal, do tempo que demora um procedimento concursal, se ele não estiver, então, previsto no mapa de pessoal, mais complicado é ainda, se há pessoa que entende isto, obviamente é o Senhor Deputado que colocou em primeiro lugar a questão. Mais disse que, não consegue perceber, e já traz esta dúvida desde a reunião de Câmara é porque é que faz tanta confusão ao Partido Socialista, terem um mapa de pessoal que já tem inscritas todas as necessidades do Município, de acordo com o que foi levantado junto de todos os serviços do Município de Reguengos de Monsaraz. Mais disse que, o que querem e pretendem, neste momento, é que o Município de Reguengos de Monsaraz seja cada vez mais ágil em todos os processos, incluindo nos processos de contratação. Disse ainda que, já foi explicado várias vezes e o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal já o disse nesta sessão, que não vão contratar todas estas pessoas neste ano, contudo, e também se há pessoa que entende isto, é a Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas, uma vez que já teve funções executivas no Município, sabe que cada vez que têm de se mexer no mapa de pessoal, demora tempo pois tem de ir à Câmara e à Assembleia Municipal, e só depois é que podem abrir o procedimento concursal, e o que pretendem é um Município cada vez mais célere. Referiu que, continua sem perceber porque é que faz tanta confusão ao Partido Socialista, ter sido feito, junto dos serviços, um levantamento de todas as necessidades e estarem inscritas no documento. Disse ainda que, se não estiverem inscritas todas as necessidades, amanhã poderão precisar de abrir um procedimento concursal e têm que estar a perder tempo, pelo que, afirma ser uma questão de celeridade e de tornar as coisas mais leves e mais fáceis. Disse ainda que, respeitam aquilo que são as dúvidas, com toda a certeza, era o que faltava não respeitarem, contudo, a intenção com este mapa de pessoal foi apenas e só, perceberem as reais necessidades dentro do Município, inscrevê-las todas, para quando puderem e à medida que puderem, irem preenchendo estas vagas. Referiu que considera ser claro e esta foi a única intenção do Executivo



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Municipal e acabam por estar a ser legitimamente questionados por duas pessoas que, inclusivamente, sabem como é que isto funciona, porque uma tem as funções que tem e outra já teve funções executivas. Mais disse que, esperavam o entendimento de que esta metodologia torna a situação de facto mais fácil, até porque o que está por trás do mapa de pessoal é o que sempre disseram que iam fazer e o que este Executivo Municipal tem intenção de fazer, que é, em vez de estar a alimentar permanentemente o trabalho precário, que é mau para todos, sobretudo para os trabalhadores e para os funcionários, é estabilizar as equipas do Município o mais rápido e o mais celeremente possível, considerando o Executivo Municipal ser um documento que é um instrumento que lhes dá a possibilidade de o fazer com celeridade. -----

----- Usou a palavra a Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas para referir que, começou por dizer que percebia perfeitamente a intenção do Executivo e que respeitam, mas crê que o papel que desempenhou anteriormente não invalida que possa questionar sobre o que lhe é apresentado para votar, pelo que, a posição do Partido Socialista relativamente a isto prende-se única e exclusivamente com o entendimento que têm, de não ser real o número de recrutamentos para 2024, que é aquilo que deve ser votado, afirmando que o sentido de voto será a abstenção. -----

----- Ponderado, apreciado e discutido o assunto a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dez votos a favor dos deputados do Partido Social Democrata, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques; Sandra Isabel Lopes da Silva; Nuno Miguel dos Santos Lavaredas; Matilde Parreira Lopes Capucho; Rogério Paulo Carujo Carreteiro; Jorge Eduardo Fortes Agostinho; Pedro Alexandre dos Santos Pinheiro e Pedro Miguel Varela Mata da Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, do deputado da Coligação Democrática Unitária, Luís Fernando Valadas Viola e da deputada do Partido Chega, Luciana Sofia Gato Patrício e com nove abstenções dos deputados do Partido Socialista, Élia de Fátima Janes Quintas; José Luís Janeiro de Oliveira Merca; Mário Sérgio Mendes Ramalho; Ana Rita Espenica Godinho Feijão; Eduardo Manuel Cardoso da Silva; Vânia Isabel dos Santos Ramalho; António José Fialho Cartaxo, Presidente da Junta de Freguesia de Corval, Nuno Isidro de Ambrósio Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz e Luís António Rato Fonseca, Presidente da União de Freguesias de Campo e Campinho, aprovar o Mapa Anual de Recrutamentos do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2024, que se anexa. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Contratação de Empréstimo a Curto Prazo em 2024

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, fez presente uma certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária realizada no dia 14 de fevereiro de 2024, referente à contratação de Empréstimo a Curto Prazo em 2024, cujo teor ora se transcreve: -----

“CERTIDÃO

----- Maria Manuela Freire Martelo, na qualidade de Secretária desta Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, em regime de substituição, nos termos do Despacho n.º 3-A/GP/2021, datado de 20 de outubro de 2021, exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates: -----

----- CERTIFICA que na reunião do órgão executivo realizada no dia 14 de fevereiro de 2024, em que se encontravam presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo e a Senhora Vereadora Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, foi aprovada em minuta, a Proposta n.º 13/VP/2024, firmada em 8 de fevereiro de 2024, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, com o teor que ora se transcreve: -----

“Proposta n.º 13/VP/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM 2024

Considerando que:

- 1.O cenário macroeconómico prospetivado para 2024 aponta para a continuação dos fatores que tenderão a manter a sazonalidade da cobrança da receita estrutural do Município, os quais causam desequilíbrios temporários na tesouraria que importam prevenir;
- 2.O n.º 1 do artigo 50º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) determina o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria e reforça o caráter de antecipação de receitas destes financiamentos, consagrando a obrigatoriedade do seu integral reembolso até ao final do exercício económico em que é contratado;
- 3.O empréstimo de curto prazo será contratado a partir de 01.03.2024 e terá prazo global até 31.12.2024;
- 4.O mesmo diploma legal não fixa limites de endividamento bancário segmentados em curto e médio e longo prazo, antes fixando, no seu artigo 52º, um conceito de dívida total, dado pelo conjunto dos passivos a 31 de dezembro de cada ano, tendo por referência 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- 5.Atenta esta disposição será de considerar que os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terão de ser integralmente amortizados, ficando assim melhor balizados quanto à sua função – gestão de tesouraria – e portanto, devendo na fixação do seu montante atender-se à sazonalidade da receita, picos de constrangimentos dos meios de caixa disponíveis versus montantes exigíveis em igual período,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

salvaguardando sempre a necessidade de garantir ao longo do exercício os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar;

6. Neste contexto, foi feita a aferição dos meios necessários a uma boa gestão de tesouraria no ano económico de 2024, concluindo-se por verificação dos recebimentos e pagamentos esperados e flutuações de saldo mensal, que o montante adequado a este objetivo se fixa nos 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros);

7. A instrução das propostas de empréstimo nos termos do n.º 4 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação “são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município”;

8. Foi feita uma consulta à banca e analisadas as propostas recebidas, conforme Anexo I - Relatório final de análise das propostas de empréstimo de curto prazo para 2024, que se junta e é parte integrante desta Proposta, sumariando-se neste as condições fundamentais de contratação que se perspetivam necessárias;

9. Conforme exposto no Considerando 5, os financiamentos de curto prazo não são relevantes para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terão de ser integralmente amortizados, pelo que não se enquadram no mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município;

10. Da análise feita resulta que a proposta mais favorável ao Município é a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Central, C.R.L., como se pode confirmar no Anexo I acima citado.

Somos a propor ao Executivo Municipal,

Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25º daquele Regime Jurídico:

a) Autorize a Câmara Municipal a contratar um empréstimo de curto prazo no decurso do exercício económico de 2024, no montante de 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros), para suprir eventuais dificuldades de gestão de tesouraria nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em conformidade com a consulta feita (Anexo I);

b) Autorize a contratação deste financiamento junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Central, C.R.L., de acordo com o Relatório Final de Análise das Propostas de Empréstimo de Curto Prazo para 2024 (Anexo I);

Determinar à Divisão de Gestão Financeira do Município de Reguengos de Monsaraz a adoção dos procedimentos administrativos indispensáveis à execução da presente deliberação.”

----- Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: -----

a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 13/VP/2024; -----

----- b) Autorizar a Câmara Municipal a contratar um empréstimo de curto prazo no decurso do exercício económico de 2024, no montante de € 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros), para suprir eventuais dificuldades de gestão de tesouraria nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em conformidade com a consulta feita (Anexo I à Proposta n.º 13/VP/2024); -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----c) Autorizar a contratação deste financiamento junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Central, C.R.L., de acordo com o Relatório Final de Análise das Propostas de Empréstimo de Curto Prazo para 2024 (Anexo I à Proposta n.º 13/VP/2024); -----

---- d) Determinar à Divisão de Gestão Financeira do Município de Reguengos de Monsaraz a adoção dos procedimentos administrativos indispensáveis à execução da presente deliberação camarária." -----

---- De seguida, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para proceder à explicação sobre o presente ponto da ordem de trabalhos. -----

---- Ponderado, apreciado e discutido o assunto a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a Câmara Municipal a contratar um empréstimo de curto prazo no decurso do exercício económico de 2024, no montante de € 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros), para suprir eventuais dificuldades de gestão de tesouraria nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em conformidade com a consulta feita (Anexo I à Proposta n.º 13/VP/2024) e autorizar a contratação deste financiamento junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Central, C.R.L., de acordo com o Relatório Final de Análise das Propostas de Empréstimo de Curto Prazo para 2024 (Anexo I à Proposta n.º 13/VP/2024). -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, informou que, de seguida, se entraria no período de intervenção aberto ao público, de conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

---- Não se registou qualquer pedido de intervenção por parte do público. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA

----- Lavrada e lida pelo Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal, Rogério Paulo Carujo Carreiro, ficou aprovada por unanimidade, a minuta desta ata da Assembleia Municipal, em



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

ordem ao preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

ENCERRAMENTO

----- Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram vinte e duas horas e cinquenta minutos, quando a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença de todos, bem como, ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Campo e Campinho pela cedência do Espaço Cultural de Campinho.-----

----- E eu, Maria Manuela Freire Martelo, Técnica Superior, a redigi, que depois de lida e aprovada integralmente na sessão seguinte, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal.

----- A Presidente da Mesa: _____

----- O Primeiro Secretário: _____

----- O Segundo Secretário: _____